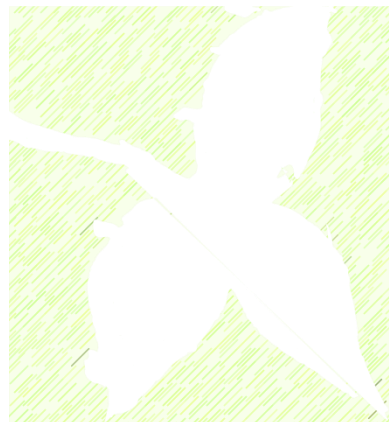


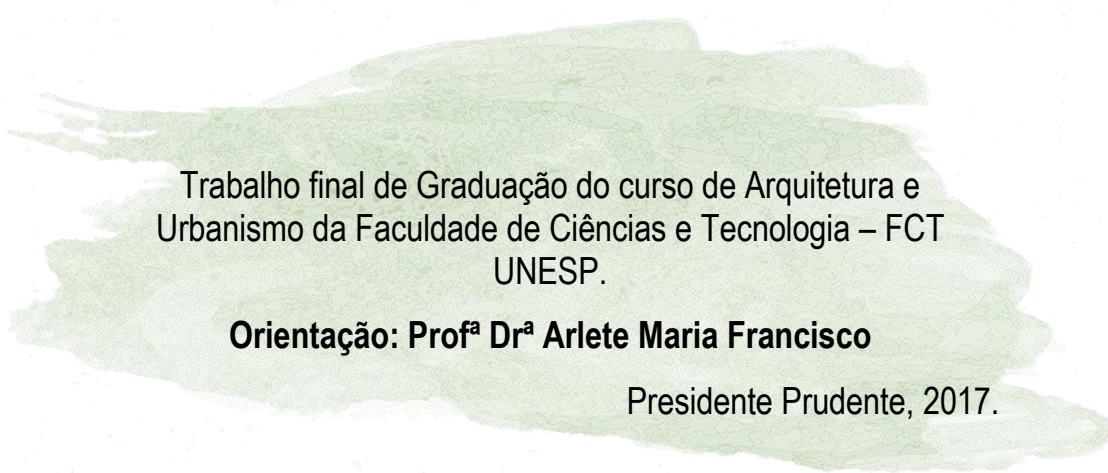
ECO RESTAURANTE CASARÃO

Tâmisa Santos



ECO RESTAURANTE CASARÃO

Tâmisa Santos
Presidente Prudente
2016



Trabalho final de Graduação do curso de Arquitetura e
Urbanismo da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT
UNESP.

Orientação: Prof^a Dr^a Arlete Maria Francisco

Presidente Prudente, 2017.



“A cadeia alimentar, neste momento, pode ser uma ferramenta muito poderosa para sustentar a conservação natural.” (ATALA, A.)



Agradeço,

Aos meus pais, Célia Regina e Euclides, primeiramente, pela dedicação incondicional e incentivos por mais essa conquista.

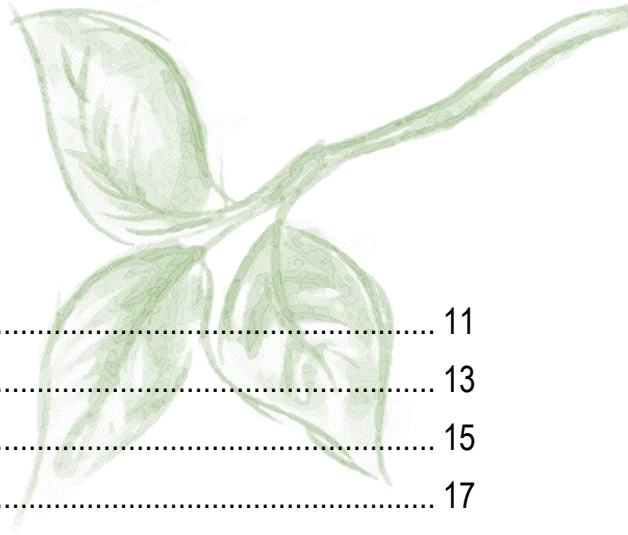
Ao meu irmão José Pedro, a minha tia e conselheira Elisângela e amigos, Camila Marques, Maysa Battistam, André Luiz, Mariana Leite, e muitos outros, por estarem sempre presentes e me ajudarem nas dificuldades de cada etapa ao longo desses 5 anos

A historiadora Mara Camargo, por compartilhar a história dessa linda casa. Ao amigo e Prof. Me. Rafael Gortadi Brússolo, pela paciência e trilhas sonoras dessa reta final.

A todos os professores que contribuíram com esse aprendizado, em especial a Arlete Francisco por todo suporte, paciência e por tornar todos os atendimentos mais divertidos. Ao Anderson, pelo incentivo e encorajamento para a realização das maquetes, que por vezes pensei em desistir.

SUMÁRIO

Resumo	11
Introdução	13
A cidade	15
Santa Isabel.....	17
O edifício.....	21
Casarão da Família Machado	23
Análise urbana	31
Análise.....	33
Enquetes	36
Análise dos Restaurantes	40
Discussão teórica.....	43
Patrimônio Histórico.....	45
Áreas de Proteção	51
Permacultura	56
Referências projetuais	67
Le Manjue Organique	69
The Perennial	73
Tacchino Ristorante	77
Diretrizes de projeto	81
O projeto	91
Referências.....	101
Anexos.....	105





RESUMO

O presente trabalho consiste na apresentação de um projeto de restauração de um Casarão construído em 1890 em uma Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM) na cidade de Santa Isabel, localizada a 50 km da capital paulista.

Após estudo do valor histórico, da relação do edifício com a cidade, das problemáticas ambientais e tecnologias de construção sustentáveis, o projeto busca a restauração do edifício utilizando arquitetura sustentável, de modo que cause o mínimo de impacto ambiental.

Assim, o sistema de design baseado na Permacultura para a criação do ECO Restaurante se preocupa com o meio ambiente e a sociedade, portanto, incorpora tecnologias sustentáveis, materiais de construção contemporâneos, mais eficientes e condizentes com as demandas sociais, ambientais e econômicas, a fim de garantir a revitalização do patrimônio arquitetônico, da história e da cultura local.

Palavras-Chave: *Arquitetura sustentável. Patrimônio arquitetônico. Permacultura.*

INTRODUÇÃO

Santa Isabel é conhecida como “Paraíso da Grande São Paulo” devido a sua riqueza hídrica. É o sexto maior município da região com 362,4 km² de extensão e cerca de 50 mil habitantes. Possui ramificações da Serra da Mantiqueira e a sua vegetação característica é da Mata Atlântica. Devido à abundância de áreas verdes, encontra-se dentro de uma grande área de proteção de mananciais.

O edifício escolhido pertence às famílias Franco do Prado e Almeida Machado e foi construído em 1890. Encontra-se fechado desde 1992 e pouco a pouco vem se degradando, uma vez que, as famílias o abandonaram. Localizado próximo ao quadrilátero central, provou-se por análises a sua importância histórica para cidade.

Como grande parte do terreno do edifício encontra-se em uma Área de Preservação Permanente (APP), foi necessário analisar as Leis Ambientais, de modo a não infringi-las, bem como buscar metodologias adequadas e condizentes do ponto de vista ambiental, além de analisar as Cartas Patrimoniais para adequar a restauração às normas do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN).

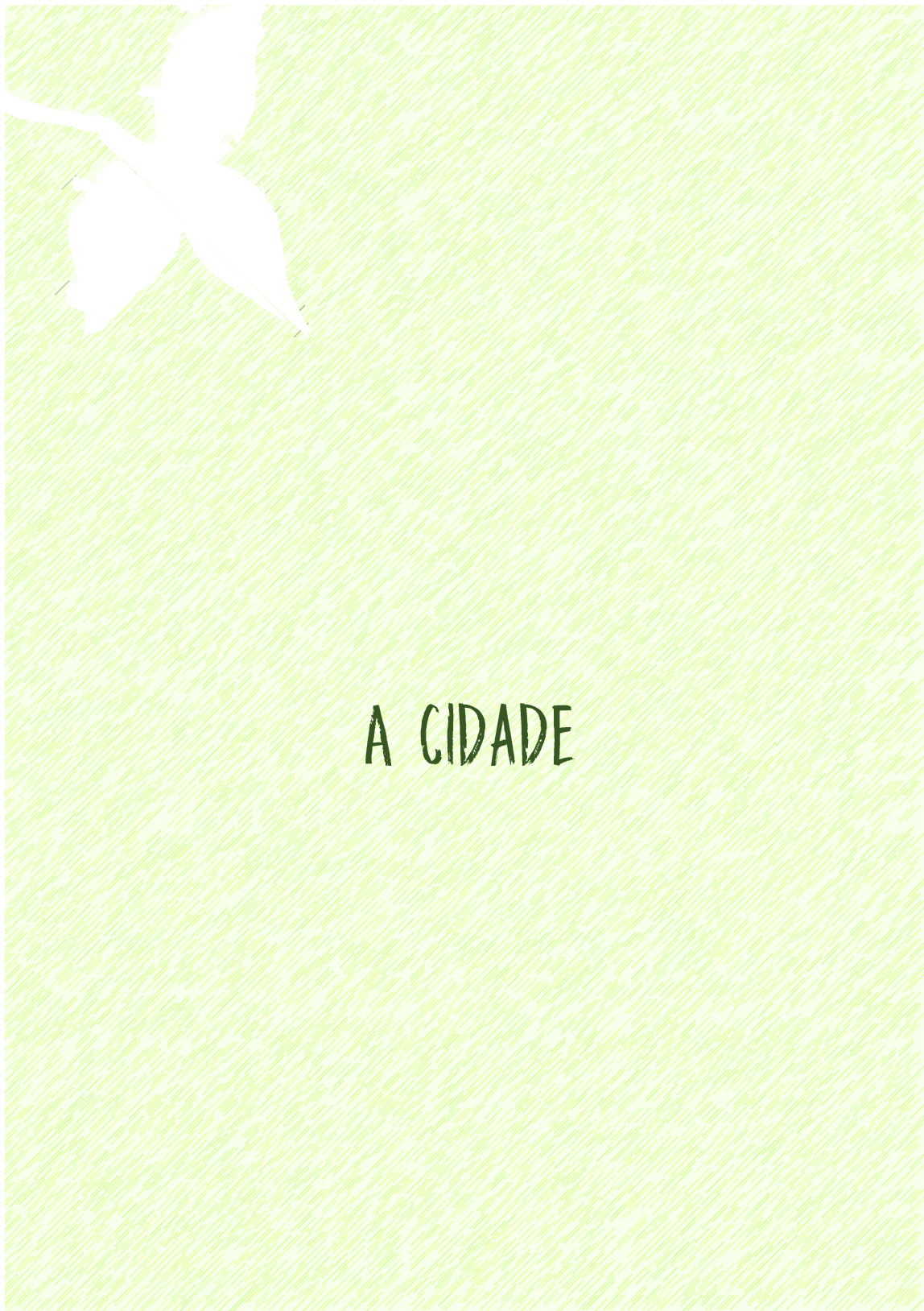
Assim, este trabalho baseou-se na filosofia da Permacultura que fundamenta-se na ecologia, interação e interdependência entre os organismos e seu ambiente, sendo capaz de sustentar a vida sem degradar o meio ambiente, pois incorpora aspectos da habitação até a alimentação e causa o



o mínimo de degradação da natureza e da sociedade. As diretrizes do projeto prevêem o cuidado com o meio ambiente através da bioarquitetura, uso consciente dos recursos naturais, cultivo de plantas e aquacultura, e se preocupa com a matéria prima em todo o processo de produção, consumo e descarte.

Após levantamentos de restaurantes locais comprovou-se a existência de poucos restaurantes que funcionam durante a noite e/ou possuem atendimento diferenciado. Optou-se pela implantação de um Eco Restaurante a fim de restaurar o casarão e preservar a área.

Acredita-se que a gastronomia na ótica do turismo proporciona uma prática socioeconômica capaz de desenvolver o local financeiramente, além de fortalecer e valorizar a história do lugar. Portanto, o ECO Restaurante pode potencializar o turismo local, aproximará pessoas e identificará traços culturais por meio de produtos típicos e orgânicos, aproveitando o que o solo de cada lugar tem a oferecer.



A CIDADE

SANTA ISABEL

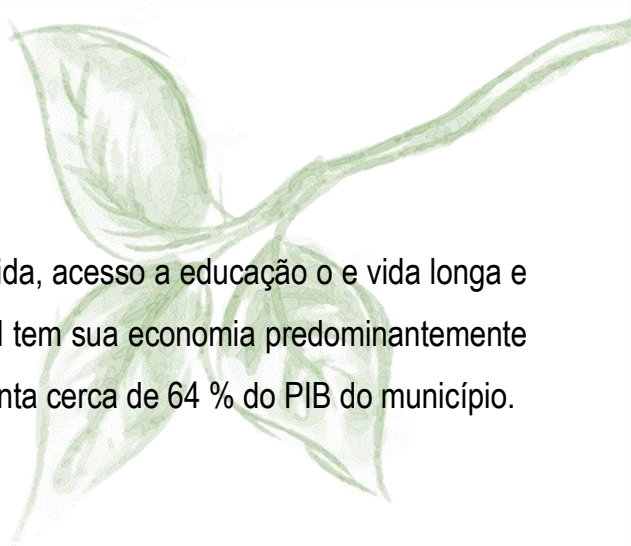
Breve Histórico

Segundo levantamentos da historiadora Mara Camargo, a origem do povoado é datada da primeira metade do século XVIII, quando parte das terras eram pertencentes a Mogi das Cruzes e foram doadas pela Senhora Francisca Leite. O povoamento ocorreu devido ao esgotamento das minas auríferas, desta forma, houve o retorno dos portugueses e paulistas para suas cidades. No entanto, muitos acabaram se estabelecendo em pequenos povoados, especialmente na região do Vale do Paraíba do Sul (CAMARGO, 2008).

No início do século XIX, Santa Isabel teve um papel importante na cultura do café do Vale do Paraíba, pois nessa época, as plantações isabelenses de milho, arroz e feijão abasteciam as fazendas produtoras de café.

Mais tarde, durante a primeira metade do século XX, o município esteve a instalação da primeira fábrica da cidade, conhecida como Fiação e Tecelagem de Juta S/A que, por quatro décadas, foi disputada pelos cidadãos que queriam fugir do trabalho agrícola. Mas em 1967 a fábrica fechou devido à abertura de outras tecelagens na região. Com a construção da Rodovia Presidente Dutra, Santa Isabel teve seu acesso aprimorado e algumas outras indústrias se fixaram por lá. (CAMARGO, 2008).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, a cidade possuía o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,738, considerado



alto que leva em consideração o padrão vida, acesso a educação o e vida longa e saudável de seus habitantes. Santa Isabel tem sua economia predominantemente pautada no setor de serviços, que representa cerca de 64 % do PIB do município.

Localização e Características Físicas

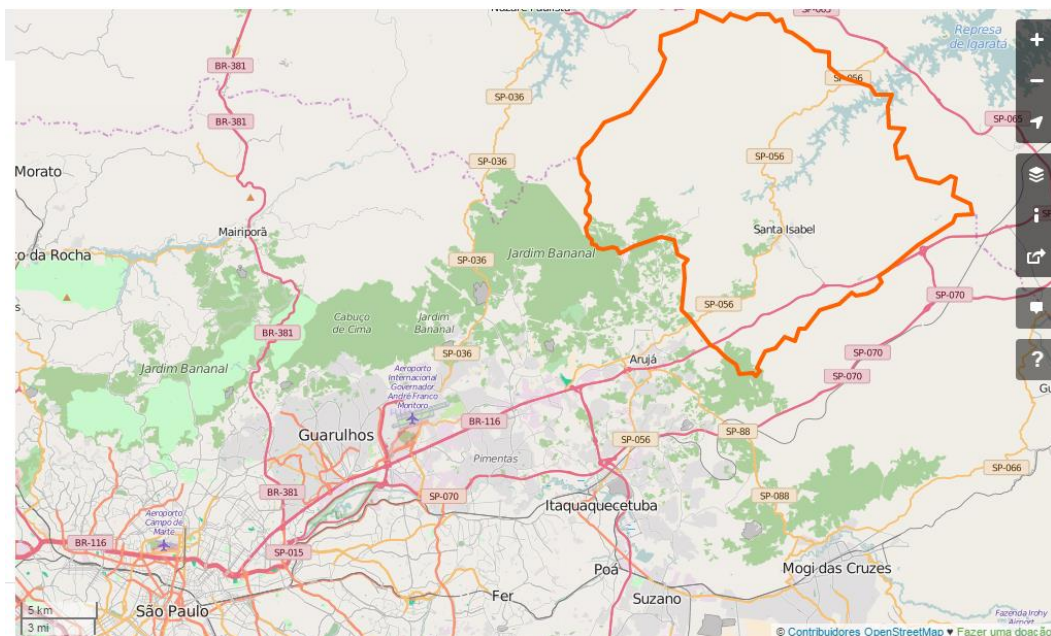
Santa Isabel possui o total de 82,5% de seu território como área de proteção de mananciais, assim sendo, há o gerenciamento, a proteção e o planejamento adequado para a utilização dos recursos hídricos. A gestão dos mananciais garante a preservação da Bacia do Jaguari (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL, 2016).

Apresenta topografia irregular e possui dois grandes morros que merecem destaque, o Morro da Pedra Preta com 1256 metros e o Mirante do Monte Serrat com 716 metros de altura. O clima da cidade é pela situação geográfica é um clima Tropical com inverno seco e verão chuvoso, sua temperatura média é de 23 graus. Segundo estimativa do IBGE, no ano de 2015, a população isabelense era de 55 mil habitantes (IBGE, 2016).

Considerada uma cidade turística, possui uma população flutuante de 15 mil pessoas nos finais de semana e feriados, que são atraídas para sítios e chácaras para desfrutarem das belezas naturais da cidade (CÂMARA MUNICIPAL, 2016).

A cidade fica a 50 km do marco zero da capital paulista e faz limites territoriais com os seguintes municípios: ao Norte com Igaratá; ao Sul com Mogi das Cruzes e Arujá; a Leste com Jacareí; e a Oeste com Guarulhos e Nazaré Paulista e sua principal via de acesso é a BR-136 conhecida como Via Dutra que liga São Paulo ao Rio de Janeiro. A figura 1 mostra a localização e a delimitação do território da cidade e alguns municípios vizinhos.

Figura 1: Localização de Santa Isabel



Fonte: Open Street Maps, 2016.



O EDIFÍCIO

CASARÃO DA FAMÍLIA MACHADO

O edifício da família Franco do Prado e Almeida Machado foi construído em 1890, e pode ser observado na figura 2 segundo a neta da família e historiadora Mara Camargo. O patrono da família Luís de Almeida Machado viveu com a Dona Serafina Prado e seus 11 filhos na casa e com o passar do tempo o lugar ganhou outras funções conforme os relatos dos herdeiros.

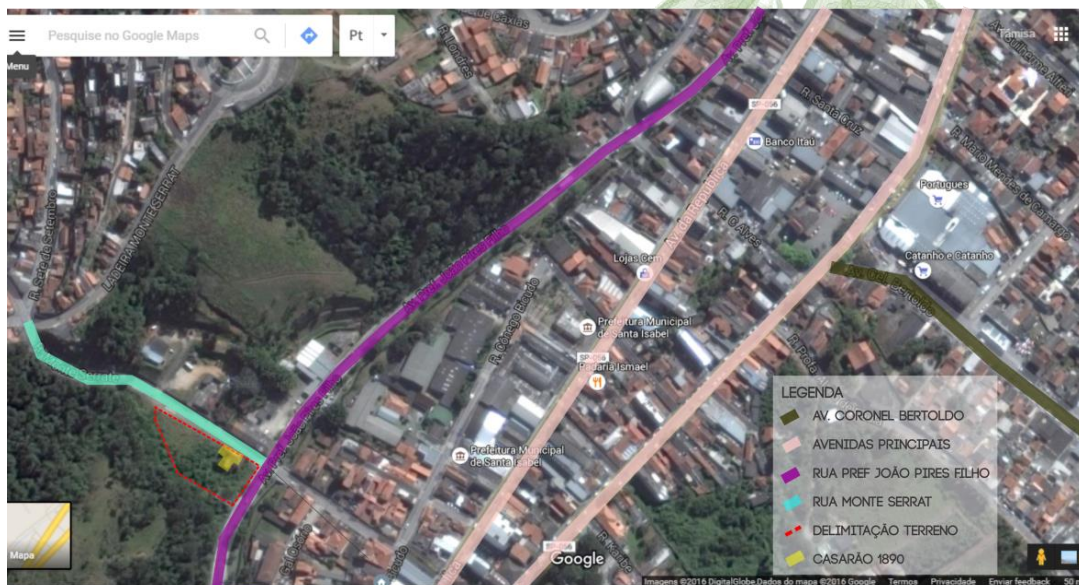
Figura 2: Casarão de 1890



Fonte: Autor, 2016.

O terreno destacado em vermelho na Figura 3 possui 2770m² e abriga a casa, objeto de estudo deste trabalho, conhecida pela população da cidade como o Casarão da Família Machado, ou simplesmente, o Casarão.

Figura 3: Mapa de localização



Fonte: Google Maps, adaptação do autor.

O edifício está localizado próximo ao centro comercial da cidade, entre as duas avenidas principais (Av. da República e Av. Manoel Ferraz de Campos Sales), destacadas em bege na Figura 3 e que conectam aos bairros e para as cidades de Arujá, Igaratá e a Rodovia Presidente Dutra, principal via de acesso São Paulo – Rio de Janeiro. A Rua Monte Serrat destacada na cor turquesa liga o centro aos bairros próximos ao Mirante do Monte Serrat, onde encontra-se a Igreja Nossa Senhora do Monte Serrat, importante atrativo turístico da cidade.

Figura 4: Igreja Monte Serrat



Fonte: Autor, 2016.

O Casarão está localizado na Rua Monte Serrat, cuja principal referência é a Igreja Nossa Senhora do Monte Serrat, um símbolo religioso da cidade. O zelador da Igreja por muitos anos foi membro da família Almeida Machado, e conservou e promoveu as solenidades lá realizadas. Com seu falecimento a Igreja ficou sub-utilizada.

A historiadora revela que o terreno do Casarão histórico era maior que o atual e que havia uma área destinada para ao comércio de pinga. O produto chegava em Santa Isabel em barris, era engarrafado e rotulado pela família e depois era vendido em um dos cômodos da casa.

Figura 6: Rótulos da Pinga – Acervo pessoal da Família Machado



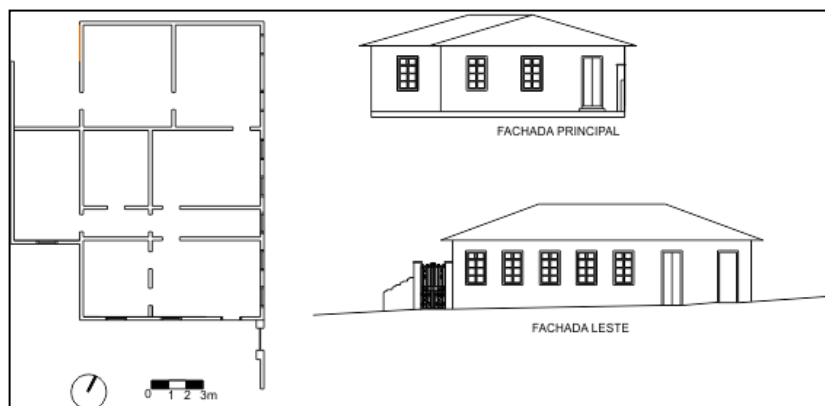
Fonte: Mara Camargo, pág.25, 2008

Além de ser residência e comércio de pinga, o Casarão exerceu um papel fundamental para os tropeiros, pois serviu como pousada. Em meados de 1930, a família construiu 14 quartos anexos à residência para serem alugados pelos tropeiros e romeiros que passavam pela cidade.

O quintal abrigava ainda horta, pomar, minas d'água, pasto e o limite do terreno era o ribeirão Araraquara, usado na época pelas lavadeiras. Foi somente com a urbanização e crescimento da cidade que o terreno foi limitado pela abertura da Avenida João Pires Filho e a Rua Monte Serrat.

O abandono do edifício como comércio, ocorreu na década de 1960, com o pequeno progresso que a cidade passou, o comércio de pinga e a pousada fecharam, assim, o Casarão a partir de 1986 passou a ser apenas residência da família. A casa foi abandonada desde meados de 1992 quando a Dona Serafina, última proprietária, faleceu. O estado atual do edifício pode ser observado nas figuras 7, 8 e 9.

Figura 7: Planta e Fachadas Atuais



Fonte: Autor a partir de estudo de campo, 2016.

Figura 8: Fachada Leste



Fonte: Autor, 2016.

Figura 9: Fachada Principal



Fonte: Autor, 2016.

Configura-se como um dos poucos edifícios históricos da cidade de Santa Isabel que não sofreu modificação. O Casarão é de grande valia para a história da cidade, ainda que, atualmente, parte do assoalho, portas e janelas ainda existem (Figura 10).

Figura 10: Interior do Casarão



Fonte: Autor, 2016.

Sua construção resiste à intempéries e vandalismos. O Casarão é referência para os moradores da cidade, já que é vizinho da antiga fábrica de farinha, assim, o Casarão é conhecido como “Casarão da Fábrica de Farinha” (Figura 11).

Figura 11: Fábrica de Farinha



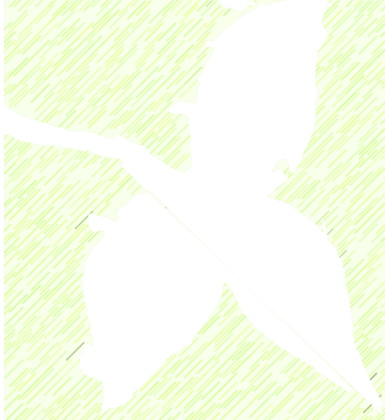
Fonte: Autor, 2016.

O Casarão conecta-se à Igreja Nossa Senhora do Monte Serrat através do Morro do Monte Serrat ou Morro da fábrica de farinha (Figura 12). Nota-se a necessidade de resgatar estes dois marcos importantes na formação da cidade, pois configuram-se como dois edifícios que conservam características originais e que marcaram a cidade de Santa Isabel histórica e economicamente.

Figura 12: Vista Casarão, Fábrica de Farinha e Igreja Monte Serrat



Fonte: Autor, 2016.



ANÁLISE URBANA

ANÁLISE



A imagem pública da cidade, segundo Lynch (1960), é formada por sobreposições de imagens criadas por diversos indivíduos ou ainda é uma série dessas imagens criadas por um número significativo de pessoas. Mesmo que cada cidadão possua uma percepção única da cidade, ela se aproxima à uma percepção comum, o que faz com que as pessoas se comportem melhor dentro do ambiente, de modo que a empatia seja reforçada.

No entanto, a percepção da cidade não acontece em um único momento, mas sim, no decorrer de determinado tempo. A percepção visual da cidade tem o tempo como elemento fundamental para sua formação e construção da figura pública (LYNCH, 1960). Para realizar a análise urbana, o autor destaca elementos físicos formadores da percepção: as vias, os limites territoriais, os bairros, os cruzamentos e elementos marcantes. No entanto, neste trabalho os bairros não serão analisados, já que a área onde o edifício se encontra é extensa, fazendo parte da transição de dois bairros da cidade.

As vias são definidas como um caminho longo onde o pedestre - observador potencialmente se desloca, são elas as ruas, calçadas, linhas de trânsito, canais, estradas-de-ferro (LYNCH, 1960).

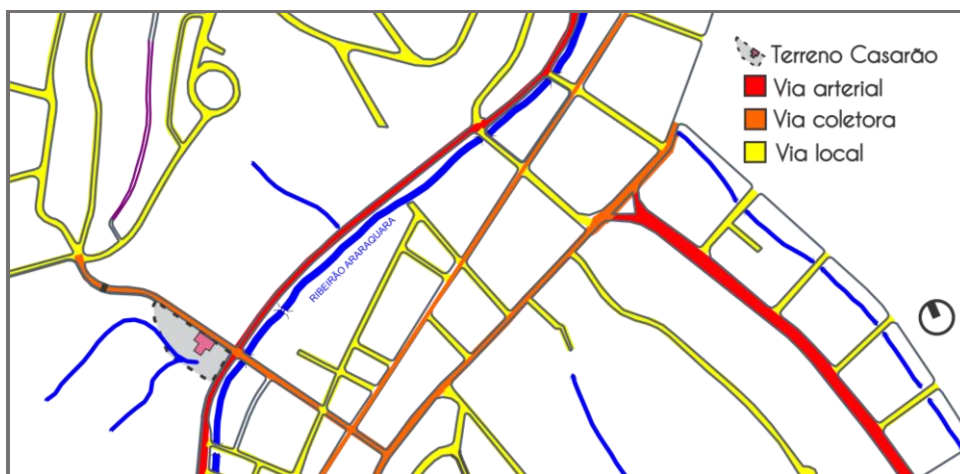
O Casarão fica localizado entre o cruzamento de duas importantes ruas, (ver na Figura 2), uma das quais se configura como caminho para quem chega de outras cidades e outra para quem se desloca da área central para os outros

bairros, sendo assim, via arterial e uma via coletora.

Segundo Lynch (1960), os cruzamentos são pontos estratégicos, em que o observador pode entrar em junções de vias ou se deparar com concentrações de algum elemento. A esquina é um ponto importante na estrutura da cidade, como o observador deve fazer uma escolha, a atenção nesses pontos deve ser maior a fim de decidir o caminho a ser seguido, o elemento presente nessas intersecções será facilmente notado, tornando-se ponto de referência, como acontece com o Casarão e com a “Fábrica de Farinha”.

Ao comparar a Figura 13, Hierarquia de vias (abaixo), com o Mapa de Localização (Figura 2), notamos que o edifício está localizado em uma esquina e sua singularidade se dá por ser o único edifício presente nessa quadra.

Figura 13: Hierarquia de Vias



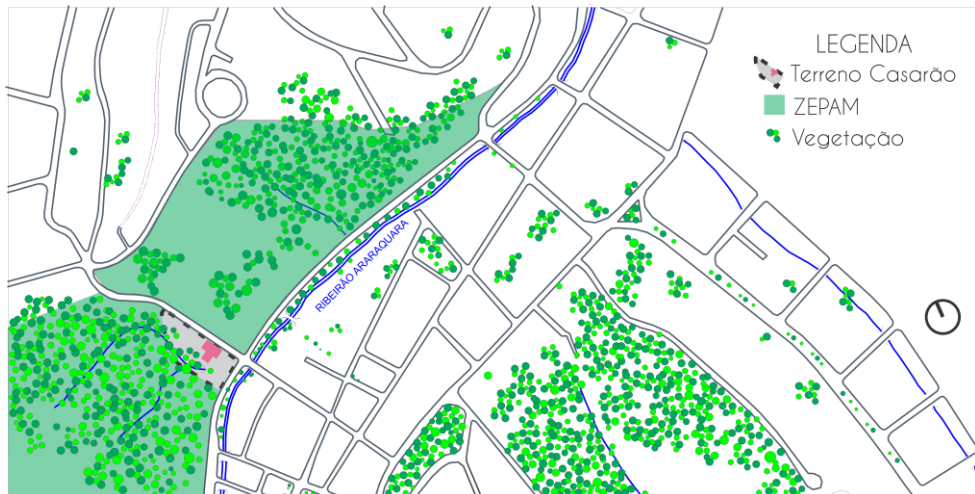
Fonte: Prefeitura Municipal, adaptado pelo autor (2016).

Os caminhos e seus elementos são bases da percepção ambiental, a população percebe a cidade através dos seus descolamentos e assim formam-se elementos referências para a imagem da cidade. Nesse caso, o Casarão se torna um elemento marcante e é referência para os cidadãos da cidade pela sua localização e singularidade

Já os limites segundo Lynch, são considerados quebras de continuidade, perceptíveis não apenas visualmente, inclui também limites contínuos na forma e que impedem a circulação. São as barreiras, tais como: rios, estradas, viadutos entre outros; e elementos de ligação.

O edifício encontra-se no limite entre o centro da cidade e os bairros, em uma Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM). Na figura 13, a ZEPAM abrange toda a área pintada em verde, e é o limite da região predominantemente comercial para a residencial.

Figura 14: Mapa de Vegetação e ZEPAM



Fonte: Prefeitura Municipal, adaptado pelo autor (2016).

É possível notar pela vegetação arbórea existente que há grandes vazios onde predomina vegetação rasteira. Essa grande área verde pode ser considerada “uma costura de união que propriamente uma barreira isoladora” (Lynch, 1960), ela une o centro comercial aos bairros mais elevados da cidade, deste modo, não se configura como um limite que prejudica a percepção da cidade como um todo.

ENQUETES

Através da realização das enquetes, o questionário se enquadrou na discussão teórica proposta por Kevin Lynch, 1960. Optou-se pela criação do questionário através do Google Forms, aplicativo que possibilita a análise de respostas com geração de resumos automáticos. Após a criação do formulário, divulgou-se através das redes sociais para que houvesse um número expressivo de respostas.

Figura 15: Apresentação Google Forms



The image shows a Google Forms survey interface. At the top, there is a header image of a building with a sign that says "ESTA CIONAMENTO". Below the header, the title of the survey is "Casarão Fábrica de Farinha". The form contains several paragraphs of text, including a greeting from Tâmisia, a student at UNESP, and a description of the Casarão Fábrica de Farinha. The text mentions that the building was constructed in the 19th century and was used as a flour mill. It also mentions that the building was used as a residence for the Machado family and that it was used as a storage for flour. The form is displayed on a mobile device, as indicated by the navigation icons at the bottom.

Casarão Fábrica de Farinha

Sou Tâmisia, moro em Santa Isabel, faço Arquitetura e Urbanismo na UNESP em Presidente Prudente. Estou no 5º ano e para o meu Trabalho Final de Graduação escolhi trabalhar o Casarão da Família Machado construído no século XIX.

"Ao todo o Casarão contava com 16 cômodos, havia anexos que serviam de quartos da pousada. Como a cidade é rota para Aparecida do Norte, alguns tropeiros que passavam por ali ficavam hospedados nos quartos-anexo.

Mara, historiadora e neta da família, conta que o terreno era maior que o atual, havia uma área destinada para o engarrafamento de pinga, no entanto, a pinga era proveniente de Alambique das cidades vizinhas como Igaratá e Nazaré Paulista. O produto engarrafado seguia com os tropeiros para São Paulo, que revendiam aos paulistas." (SANTOS, Tâmisia)

Fonte: Google Forms.

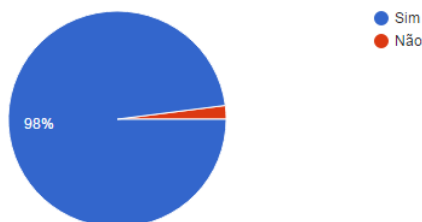
As perguntas abordadas se enquadram em quatro grupos, sendo eles: identificação por faixa etária e bairro; patrimônio arquitetônico; conhecimento e importância do edifício e o projeto. O formulário ficou aberto durante oito dias e 344 pessoas responderam todas as perguntas, uma vez que, optou-se por tornar todas as respostas como obrigatórias. Para as respostas dissertativas, a compilação dos dados foi feita manualmente, enquanto as questões de múltipla escolha utilizaram-se os gráficos gerados pelo próprio aplicativo.

No primeiro grupo, pessoas de 21 a 40 anos representaram cerca de 50% das respostas, sendo que menores de 15 anos e maiores de 60 anos representaram menos de 2% dos participantes. Quando questionados sobre o bairro em que moram, 54% moram em bairros próximos ou vizinhos ao edifício.

No grupo dois (Figura 16)), 344 consideram importantes os edifícios mais antigos da cidade, ainda que não conheçam sua história e origem. Cerca de 70% das pessoas consideram que Santa Isabel tem potencial turístico, já que há riqueza arquitetônica e natural.

Figura 16: Grupo 2 – Patrimônio Arquitetônico

Você considera os Casarões (Farinha, 13 de maio) e as Igrejas (Rosário, Matriz e Monte Serrat) importantes?
(344 respostas)



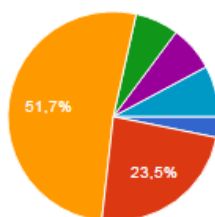
Fonte: Google Forms.

No grupo 3, perguntou-se “Qual o significado do Casarão da Fábrica de Farinha para você?” mais de 245 pessoas responderam que o edifício faz parte da história e/ou é um patrimônio. No entanto, poucos conheciam a história da pousada e do comércio de pinga.

No quarto grupo (Figura 17), abordou-se o novo uso do Casarão e a as propostas sustentáveis (Permacultura e Agrofloresta), os participantes propõe o Casarão como Museu ou Restaurante e desconhecem as técnicas sustentáveis propostas. Por último, 314 pessoas concordaram com a proposta e o novo uso para o Casarão. O campo aberto a sugestões deixou claro que mesmo aqueles que no início optaram por Museu acreditam que um Restaurante nesses moldes pode resgatar a história e potencializar o turismo local.

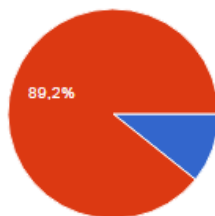
Figura 17: Recorte Grupo 4 – Projeto para o Edifício

Se você fosse propor um novo uso para o Casarão, qual seria?



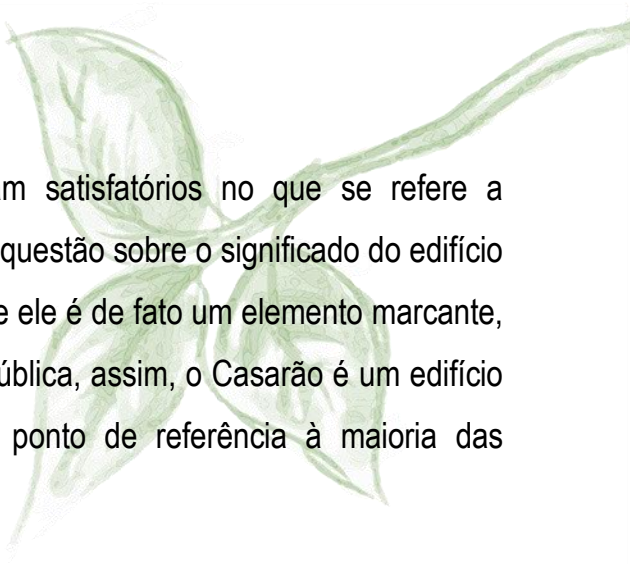
Secretaria de Turismo	11	3.2%
Restaurante	81	23.5%
Museu	178	51.7%
Cafeteria	23	6.7%
Pub	24	7%
Outros	27	7.8%

Você conhece as Técnicas de Permacultura?



Sim	37	10.8%
Não	307	89.2%

Fonte: Google Forms.



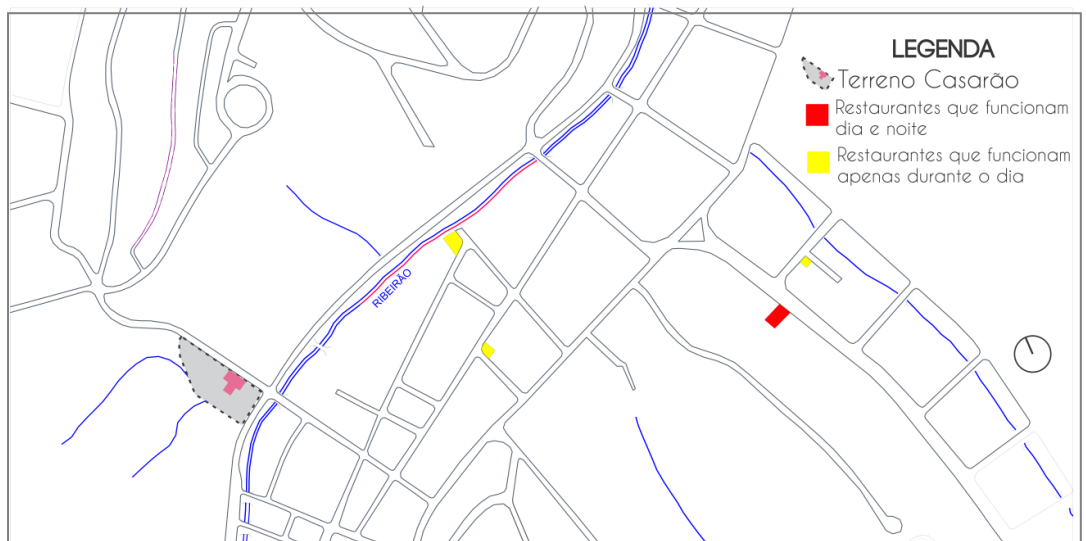
Após análise os resultados foram satisfatórios no que se refere a importância do Casarão para a cidade. A questão sobre o significado do edifício para cada uma das pessoas, mostrou que ele é de fato um elemento marcante, e que a imagem individual é a imagem pública, assim, o Casarão é um edifício com valor histórico significativo, é um ponto de referência à maioria das pessoas entrevistadas.

ANÁLISE DOS RESTAURANTES

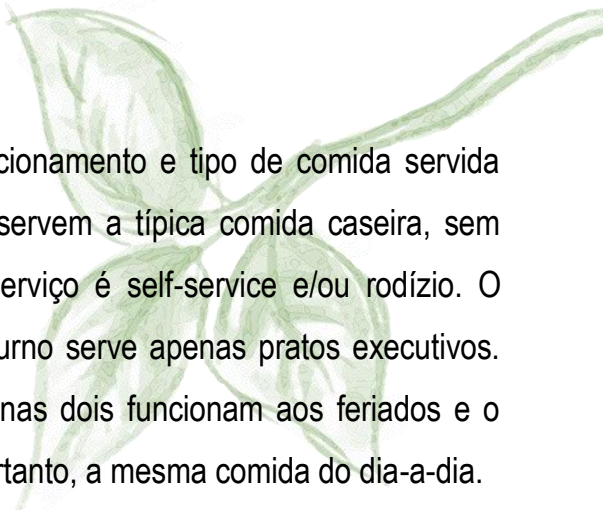
Santa Isabel segundo sites que falam sobre o turismo na cidade, como Férias Tur e até mesmo a Câmara Municipal, o município possui uma população flutuante de em média 15 mil pessoas, que nos finais de semana e feriados são atraídas pelas belezas naturais. Evidente que a cidade possui um potencial turístico, reafirmado pelas pessoas que participaram da enquete e acreditam nessa potencialidade.

A cidade possui, em sua maioria, restaurantes que atendem no período do almoço e apenas um que atende durante o jantar. O levantamento foi realizado na região central, conforme figura 18:

Figura 18: Levantamento de Restaurantes



Fonte: Prefeitura Municipal, adaptado pelo autor (2016).



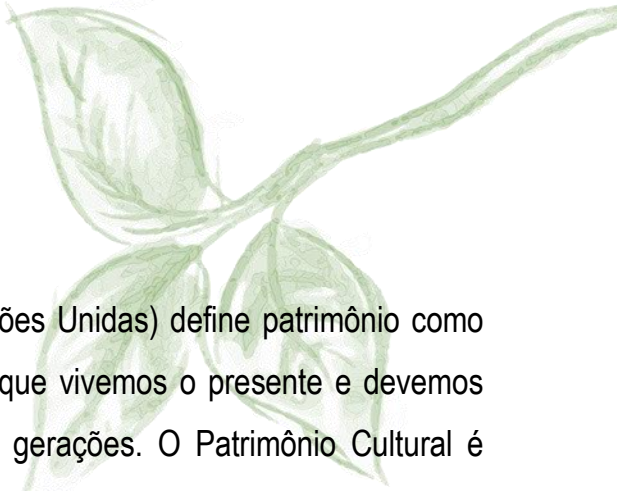
Com a análise do horário de funcionamento e tipo de comida servida observou-se que todos os restaurantes servem a típica comida caseira, sem diferencial gastronômico entre eles, o serviço é self-service e/ou rodízio. O restaurante que funciona no período noturno serve apenas pratos executivos. Dos quatro restaurantes analisados, apenas dois funcionam aos feriados e o cardápio não sofre alteração servindo, portanto, a mesma comida do dia-a-dia.

A gastronomia na ótica do turismo proporciona não apenas saciar a fome, mas é uma prática socioeconômica capaz de desenvolver o local financeiramente, além de fortalecer e valorizar a história do lugar. O Casarão da Família Machado configura-se como imagem pública, já ressaltado nas análises propostas por Lynch (1960), a indicação de desenvolver um Eco Restaurante permitirá a resgatar um patrimônio arquitetônico importante, preservar a ZEPAM através do uso sustentável do solo e desenvolver a cidade economicamente.



DISCUSSÃO TEÓRICA

PATRIMÔNIO HISTÓRICO



A UNESCO (Organização das Nações Unidas) define patrimônio como um legado do passado, de tal modo nós que vivemos o presente e devemos transmitir nosso conhecimento às futuras gerações. O Patrimônio Cultural é uma fonte insubstituível de vida e identidade (UNESCO, 2016).

No Brasil, a noção de Patrimônio Cultural foi ampliada com a Constituição Federal (CF) de 1988, após a promulgação da Carta Magna, sobretudo, o Artigo 216 é a base para a identificação e preservação dos valores culturais brasileiros:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão;

I - as formas de expressão;

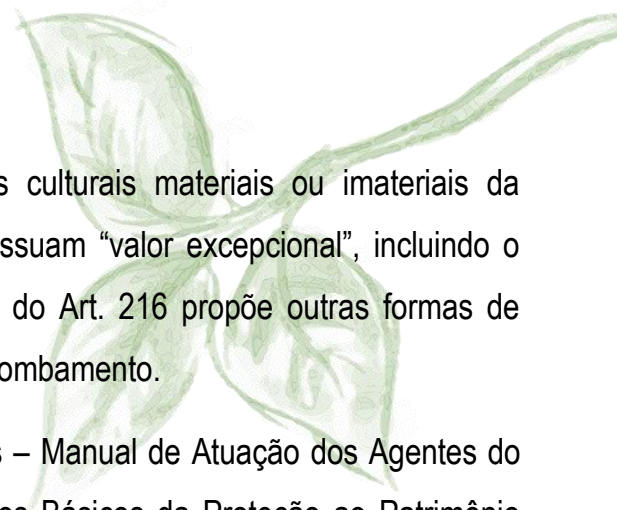
II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)



Esse artigo reconhece os bens culturais materiais ou imateriais da sociedade brasileira sem exigir que possuam “valor excepcional”, incluindo o “valor histórico”, de modo, que o texto do Art. 216 propõe outras formas de acautelamento e preservação, além do tombamento.

No livro “Mestres e Conselheiros – Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural”, no artigo “Princípios Básicos da Proteção ao Patrimônio Cultural”, Miranda, define 11 princípios básicos para a Proteção do Patrimônio Cultural, sendo os princípios: da Proteção, da Função Sociocultural da Propriedade, da Fruição Coletiva, da Prevenção de Danos, da Responsabilização, do Equilíbrio, da Participação Popular, da Educação Patrimonial, da Solidariedade Intergeracional, e da Multiplicidade de Meios Protetivos.

A Proteção do Patrimônio Cultural é proposta pela Constituição e é obrigação do Poder Público com colaboração da comunidade, sendo esta responsável por fiscalizar o órgão público. Caso haja um imóvel de grande valor cultural e de valor histórico para comunidade, compete ao Poder Público adotar as ações necessárias para a proteção do patrimônio.

Quanto à Função Sociocultural da Propriedade, o “proprietários de bens culturais devem exercer o direito sobre eles não unicamente em seu próprio e exclusivo interesse, mas em exercício da coletividade” (Miranda, 2009, p. 17). Assim, é necessário a fruição coletiva, já que as fontes de cultura devem ser asseguradas a todas as pessoas, bem como é citado no item 6 da “Carta de Santos sobre o Ministério Público e Patrimônio Cultural”:

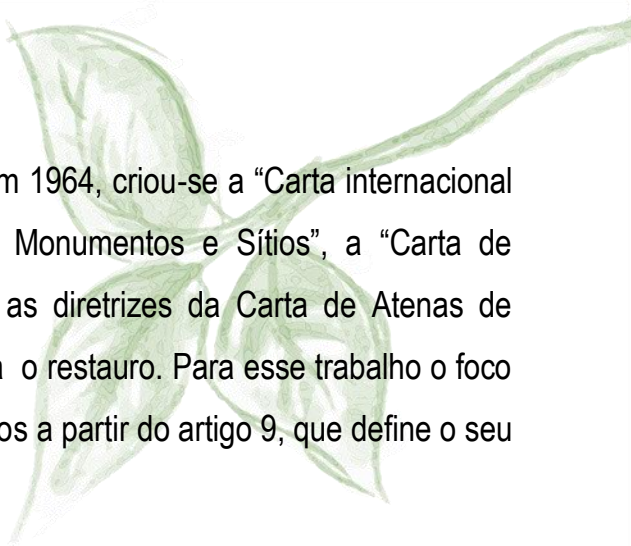


O pleno exercício dos direitos da cidadania relacionados à fruição do patrimônio cultural só se torna efetivo se as medidas adotadas para a identificação, pesquisa, registro, proteção, preservação dos bens e manifestações de valor cultural assegurem a ampla e pública divulgação das medidas adotadas e do valor cultural dos referidos bens e manifestações, bem como o acesso público, às presentes e futuras gerações (CARTA DE SANTOS, 2004).

A Prevenção de Danos e Responsabilização é fundamental para proteger o ambiente cultural, e atividades lesivas são consideradas infrações sujeitas a sanções penais. O princípio do Equilíbrio busca garantir crescimento econômico e social através da preservação do patrimônio “tendo como finalidade o desenvolvimento integrado, harmônico e sustentável” (MIRANDA, 2009, p. 24).

No que diz respeito à Participação Popular e a Educação Patrimonial, o Patrimônio Cultural é um assunto de todos, portanto, a comunidade deve promover e defender a preservação, a “consciência cultural” só é criada através da Educação Patrimonial que é proposta também pela Carta de Goiânia que diz que “a valorização do Patrimônio Cultural brasileiro depende, necessariamente, do seu conhecimento e de sua preservação, da consciência e do orgulho que possuímos de nossa própria identidade” (MIRANDA, ARAUJO e ASKAR, pág 30, 2009).

Miranda (2009), destaca o item 4 da conclusão da Carta de Goiânia, que a educação é o viés para transformar os valores e incluir a preservação patrimonial na vida da comunidade. A educação promoverá a proteção do ambiente para as futuras gerações, garantirá o acesso e a fruição de bens culturais.



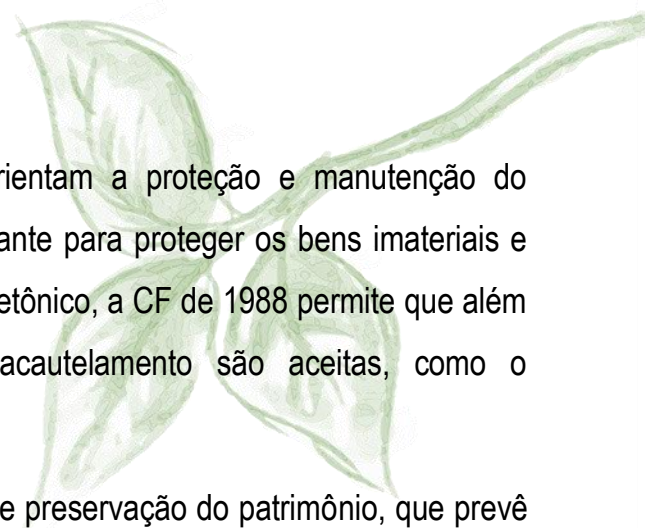
A fim de proteger o patrimônio, em 1964, criou-se a “Carta internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios”, a “Carta de Veneza”, cuja finalidade era aprimorar as diretrizes da Carta de Atenas de 1931, tanto para conservação como para o restauro. Para esse trabalho o foco se dá nos princípios de Restauro dispostos a partir do artigo 9, que define o seu caráter:

O restauro é um tipo de operação altamente especializado. O seu objetivo é a preservação dos valores estéticos e históricos do monumento, devendo ser baseado no respeito pelos materiais originais e pela documentação autêntica. Qualquer operação desse tipo deve terminar no ponto em que as conjecturas comecem; qualquer trabalho adicional que seja necessário efetuar deverá ser distinto da composição arquitetônica original e apresentar marcas que o reportem claramente ao tempo presente. O restauro deve ser sempre precedido e acompanhado por um estudo arqueológico e histórico do monumento (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 2).

Os artigos seguintes definem as técnicas a serem utilizadas, por exemplo, quando as técnicas tradicionais não forem adequadas é passível a utilização de técnicas modernas de conservação ou construção desde que provada a sua eficácia. Os dois últimos artigos definem as características das intervenções:

Art.12 - Os elementos destinados a substituírem as partes que faltem devem integrar-se harmoniosamente no conjunto e, simultaneamente, serem distinguíveis do original por forma a que o restauro não falsifique o documento artístico ou histórico.

Art.13 - Não é permitida a realização de acrescentos que não respeitem todas as partes importantes do edifício, o equilíbrio da sua composição e a sua relação com o ambiente circundante (CARTA DE VENEZA, 1964, p.4).

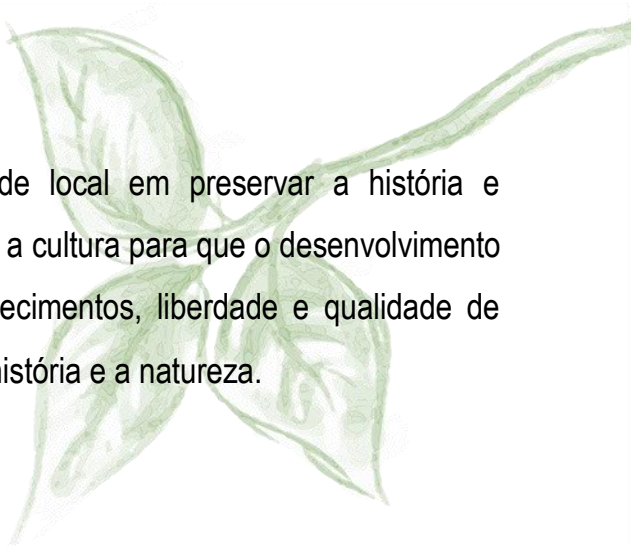


Conhecer os princípios que orientam a proteção e manutenção do Patrimônio Cultural é um passo importante para proteger os bens imateriais e materiais, no caso do Patrimônio Arquitetônico, a CF de 1988 permite que além do tombamento outras formas de acautelamento são aceitas, como o inventário.

O Inventário é um instrumento de preservação do patrimônio, que prevê a identificação do edifício através de pesquisas e levantamentos das características e particularidades desse bem e para sua elaboração é necessária fundamentação histórica, artística, sociológica, paisagista, antropológica e arquitetônica. Assim, o Inventário possui natureza de ato administrativo declaratório restritivo e as intervenções devem ser previamente aprovadas.

Nas últimas décadas, o Patrimônio Arquitetônico deixou de ser apenas um monumento isolado e o conjunto arquitetônico passou a ser preservado. Segundo Choay (2001), o conceito de patrimônio arquitetônico expandiu e começa a ter como tripé a cronologia, tipologia e geografia, reforçando a necessidade de levantamentos exigidos para a aprovação do Inventário.

A partir do livro “Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural” (2009) pode-se concluir que essas mudanças são significativas e levam ao chamado Patrimônio Ambiental Urbano, concepção mais complexa e abrangente e vai além de tombar um edifício ou um conjunto deles, é necessário “conservar o equilíbrio da paisagem, pensando sempre como interrelacionados a infraestrutura e o lote ultrapassa os limites do Poder Público

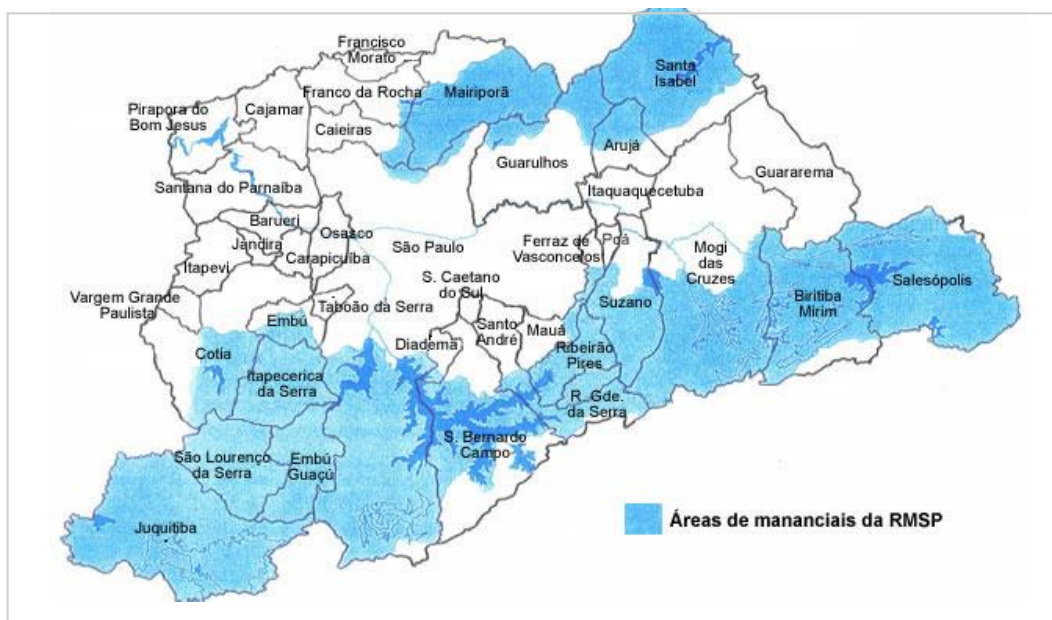


e abrange os interesses da comunidade local em preservar a história e memórias do passado, a fim de preservar a cultura para que o desenvolvimento da humanidade, através de novos conhecimentos, liberdade e qualidade de vida, seja harmônico e respeitoso com a história e a natureza.

ÁREAS DE PROTEÇÃO

Santa Isabel encontra-se entre os 27 municípios total ou parcialmente inseridos em Área de Proteção de Mananciais (APM). No mapa, figura 18, a seguir as áreas de mananciais da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP):

Figura 18: Proteção de Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: Fundação Fia, 2016. Disponível em: <<http://www.fundacaoofia.com.br/gdusm/apm.htm>>.

Acesso em 20.mai.2016

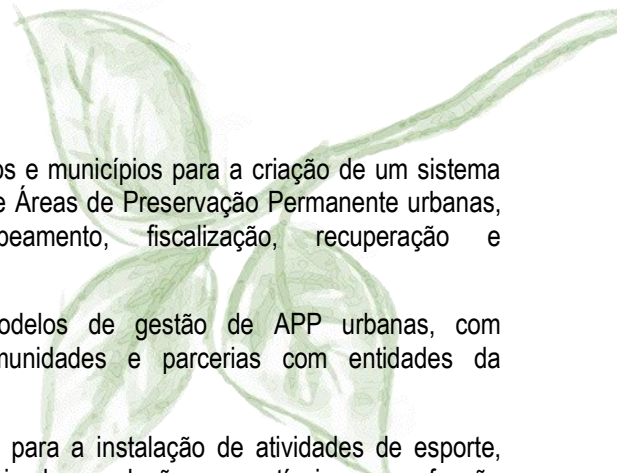
Santa Isabel tem 82% de sua área como APM, município pertencente à Bacia do Paraíba do Sul, abriga parte da Represa do Jaguari que abrange ainda Jacareí e Igaratá, no entanto, a gestão dos recursos hídricos da RMSP é realizada pelo Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Mogi das Cruzes.



No que se diz respeito às áreas de preservação, Santa Isabel, possui diversas Áreas de Preservação Permanente (APP) que são espaços territoriais protegidos, público ou privado, urbano ou rural, coberto ou não por vegetação nativa e são instituídas pelo Código Florestal pela Lei nº 4.771 de 1965 e as alterações previstas através da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Entre as funções e serviços ambientais de APP em meio urbano, destacam-se:

- A proteção do solo prevenindo a ocorrência de desastres associados ao uso e ocupação inadequados de encostas e topos de morro;
- A proteção dos corpos d'água, evitando enchentes, poluição das águas e assoreamento dos rios;
- A manutenção da permeabilidade do solo e do regime hídrico, prevenindo contra inundações e enxurradas, colaborando com a recarga de aquíferos e evitando o comprometimento do abastecimento público de água em qualidade e em quantidade;
- A função ecológica de refúgio para a fauna e de corredores ecológicos que facilitam o fluxo gênico de fauna e flora, especialmente entre áreas verdes situadas no perímetro urbano e nas suas proximidades,
- A atenuação de desequilíbrios climáticos intra-urbanos, tais como o excesso de aridez, o desconforto térmico e ambiental e o efeito "ilha de calor" (MMA, Lei nº 12.651 de maio de 2012).

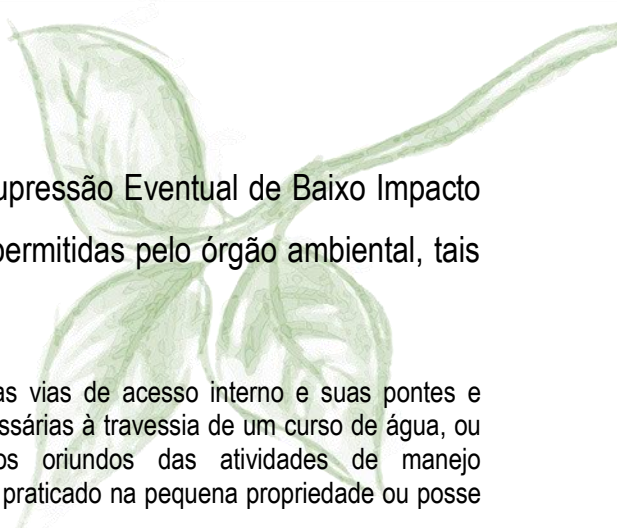
Com o processo de urbanização sem planejamento, como a ocupação irregular e o uso indevido dessas áreas tem como consequência uma maior redução e degradação desses espaços. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) prevê como solução o máximo empenho e aperfeiçoamento das políticas ambientais urbanas voltadas para recuperação, manutenção, monitoramento e fiscalização das APP nas cidades e cita:

- 
- articulação de estados e municípios para a criação de um sistema integrado de gestão de Áreas de Preservação Permanente urbanas, incluindo seu mapeamento, fiscalização, recuperação e monitoramento;
 - apoio a novos modelos de gestão de APP urbanas, com participação das comunidades e parcerias com entidades da sociedade civil;
 - definição de normas para a instalação de atividades de esporte, lazer, cultura e convívio da população, compatíveis com a função ambiental dessas áreas (MMA, 2006).

A Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 369 de março de 2006, na Seção I – Das Disposições Gerais do Art. 1º define os casos excepcionais que o órgão ambiental pode autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente para implantação de obras, planos, atividades, ou projetos de utilidade pública ou interesse social, ou realização de ações consideradas eventuais de baixo impacto ambiental.

Ainda na Seção I o Art. 4o. afirma que toda obra independente de ser utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto ambiental deverá obter autorização do órgão competente tanto para intervenção como para supressão da vegetação da APP dentro dos termos previstos nessa Resolução. No mesmo artigo, inciso segundo:

A intervenção ou supressão de vegetação em APP situada em área urbana dependerá de autorização do órgão ambiental municipal, desde que o município possua Conselho de Meio Ambiente, com caráter deliberativo, e Plano Diretor ou Lei de Diretrizes Urbanas, no caso de municípios com menos de vinte mil habitantes, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente, fundamentada em parecer técnico (CONAMA Nº 369 de março de 2016).



Na Seção V - Da Intervenção ou Supressão Eventual de Baixo Impacto Ambiental de Vegetação define as ações permitidas pelo órgão ambiental, tais como citado no Art. 11:

I - abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso de água, ou à retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável praticado na pequena propriedade ou posse rural familiar;

II - implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a outorga do direito de uso da água, quando couber;

[...]

VII - construção e manutenção de cercas de divisa de propriedades;

[...]

X - plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais em áreas alteradas, plantados junto ou de modo misto;

XI - outras ações ou atividades similares, reconhecidas como eventual e de baixo impacto ambiental pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente.

No inciso primeiro da Resolução determina-se que a intervenção ou supressão eventual de baixo impacto ambiental de vegetação em APP não poderá comprometer as funções ambientais desses espaços, conforme os parágrafos:

I - a estabilidade das encostas e margens dos corpos de água;

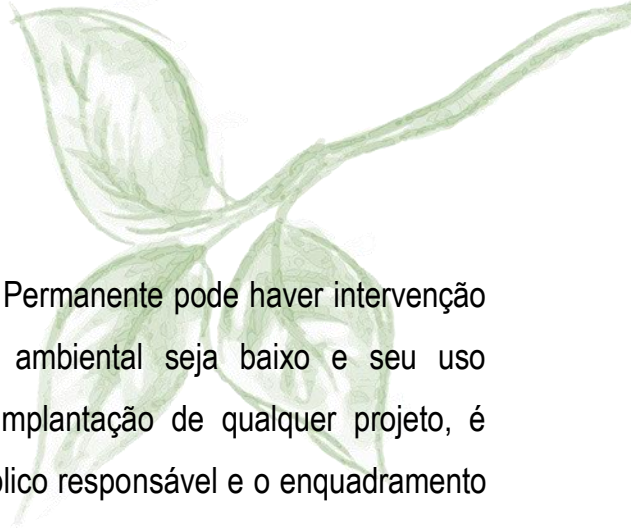
II - os corredores de fauna;

III - a drenagem e os cursos de água intermitentes;

IV - a manutenção da biota;

V - a regeneração e a manutenção da vegetação nativa; e

VI - a qualidade das águas.

A faint, stylized illustration of a green leafy branch is positioned in the upper right corner of the page, extending diagonally across the top right area.

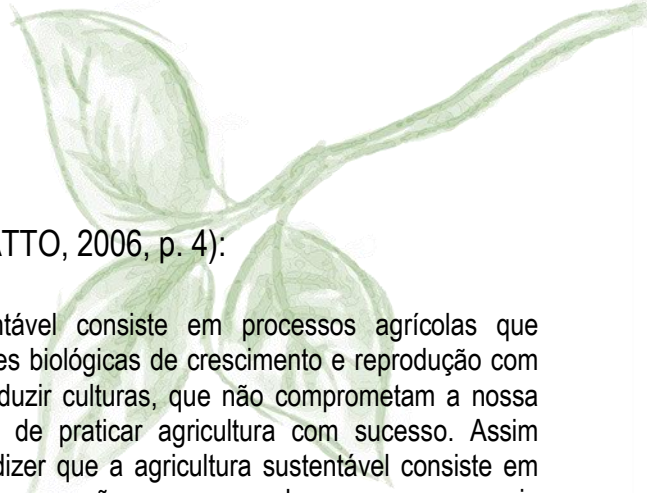
Portanto, em Área de Preservação Permanente pode haver intervenção e/ou supressão, desde que o impacto ambiental seja baixo e seu uso sustentável. Vale ressaltar que para a implantação de qualquer projeto, é necessário o consentimento do Órgão Público responsável e o enquadramento das diretrizes projetuais dentro das Leis vigentes.

PERMACULTURA

Nas últimas décadas, a agricultura sustentável vem conquistando importância. Cada vez mais a preocupação da população se volta aos perigos dos agrotóxicos e à perda de nutrientes do solo ocasionada pela agricultura tradicional.

Foi, sobretudo no período da ditadura militar, que houve a intensificação do uso do solo, a mecanização e a busca pelo aumento de produtividade com a modificação genética dos vegetais. Esse período ficou conhecido como Revolução Verde. A introdução dessas novas técnicas permitiu a modernização do campo associada à modernização do país. Com a mecanização da produção agrícola, o excedente de mão de obra do campo foi trabalhar na construção da infraestrutura do país ou nas indústrias (EHLERS, op cit. Marcatto, 2006).

A partir da década de 90, inicia-se a discussão sobre a *Sustentabilidade*. Etimologicamente, sustentabilidade tem origem do Latim *sus-tenere*, e seu significado é amparar, manter. O conceito, quando relacionado à humanidade, tem como preocupação o futuro que estamos produzindo. O Desenvolvimento Sustentável “é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987), para a agricultura é extremamente importante, dele desenvolvem-se ideias e práticas que levam a um cultivo rural menos desigual e que não degrade o meio ambiente.



Segundo Lehman (1993, apud MARCATTO, 2006, p. 4):

Agricultura sustentável consiste em processos agrícolas que envolvam atividades biológicas de crescimento e reprodução com a intenção de produzir culturas, que não comprometam a nossa capacidade futura de praticar agricultura com sucesso. Assim [...] nós podemos dizer que a agricultura sustentável consiste em processos agrícolas que não exauam nenhum recurso que seja essencial para a agricultura.

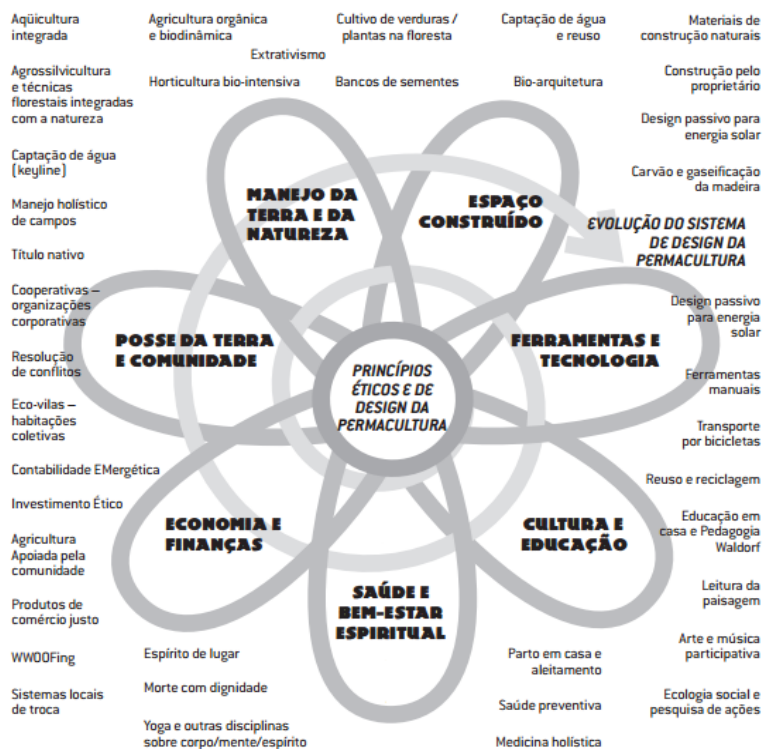
Portanto, a agricultura sustentável não visa apenas a produtividade atual, mas se preocupa com as atividades biológicas e os seus processos para que a produção seja conservada através do tempo, sem o esgotamento do solo. Assim, os processos agrícolas são pensados a longo prazo.

Desse modo, garante a preservação dos materiais genéticos (as plantas cultivadas) e das culturas tradicionais (os hábitos). Considerar os aspectos sociais é tão importante quanto as técnicas de cultivo, a agricultura deve ser inserida igualitariamente, com a participação ativa de todos os envolvidos, sendo, portanto, reflexo dos valores sociais de um grupo de indivíduos.

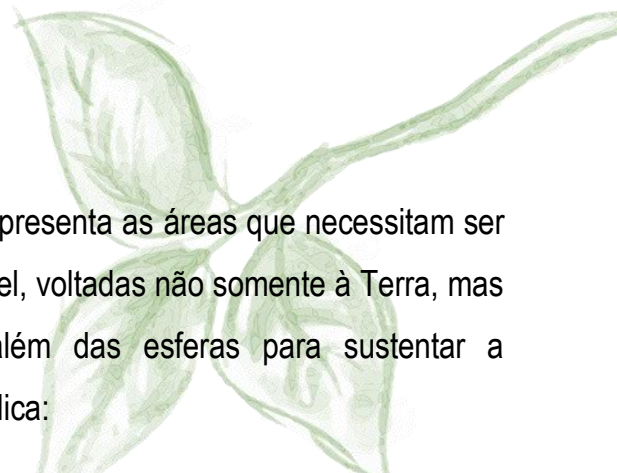
Na década de 70, dois australianos, Bill Mollison e David Holmgren descontentes com os moldes de produção de alimentos e de produtos que atendessem às necessidades humanas e não degradassem a meio ambiente, estudaram um sistema de design que tivesse como base os ambientes sustentáveis englobando a bioarquitetura, uso consciente de água, utilização de energias renováveis, cultivo de plantas e a aquacultura. Surge, assim, o termo Permacultura ou Cultura Permanente.

A agricultura tradicional não reconhece o verdadeiro valor da terra, minando a terra de fertilizantes para que haja produção o ano todo, sendo, assim, totalmente dependente de energias externas. Segundo Mollison e Slay (1994), a terra é considerada mercadoria e “Quando as necessidades de um sistema não são supridas dentro dele, nós pagamos o preço em consumo de energia e em poluição” (Mollison, 1994, p.14). Diferente dos sistemas sustentáveis todos os elementos interagem e são de fundamental importância para garantir que a terra não perca nutrientes e que haverá baixo consumo de energia, a interação pode ser observada na Figura 19:

Figura 19 – Flor do Design Permacultural



Fonte: Os fundamentos da Permacultura, pág 2, 2012



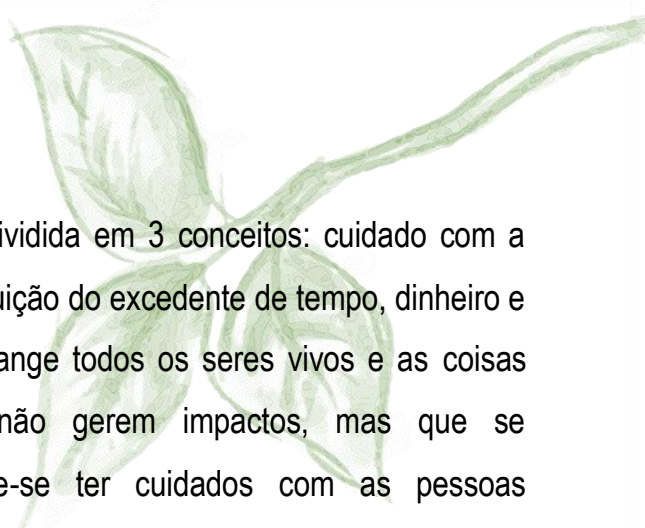
A Flor do Design Permacultural representa as áreas que necessitam ser consideradas para uma cultura sustentável, voltadas não somente à Terra, mas aos recursos físicos e energéticos, além das esferas para sustentar a humanidade. Assim, David Holmgren explica:

Alguns desses caminhos específicos, sistema de design e soluções que têm sido associados com essa visão mais ampla [...] são mostradas em torno da periferia da flor. O caminho evolutivo em espiral, iniciando com a ética e princípios, sugere o entrelaçamento desses domínios inicialmente no nível pessoal e local, evoluindo posteriormente para o nível do coletivo e global. A estrutura em forma de teia de aranha dessa espiral sugere a natureza incerta e variável desse processo de integração. (Fundamentos da Permacultura. Disponível em:

<<http://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/permaculturaFundamentos.pdf>>)

A Permacultura, quando se trata da produção agrícola, fundamenta-se na ecologia, interação e interdependência entre os organismos e seu ambiente, sendo capaz de sustentar a vida sem degradar o meio ambiente, incorpora aspectos da habitação até a alimentação, causa o mínimo de degradação na natureza e na sociedade. De acordo com Moraes (2011):

A Permacultura envolve o planejamento e manutenção de sistemas produtivos que possam suprir as necessidades humanas, causando o mínimo de impactos ambientais e sociais negativos. Para alcançar este objetivo, prega a integração de ideias de diversas áreas do conhecimento e dos saberes populares, de modo trabalhar conjuntamente com a natureza, adaptando-se a cada realidade específica.



A ética da Permacultura está dividida em 3 conceitos: cuidado com a Terra, com as pessoas e com a contribuição do excedente de tempo, dinheiro e materiais. O cuidado com a Terra abrange todos os seres vivos e as coisas inanimadas, prevê atividades que não gerem impactos, mas que se fundamentem na conservação. Deve-se ter cuidados com as pessoas fornecendo a elas: abrigo alimentação, educação e trabalho.

O terceiro conceito trata-se de uma partilha justa de tempo, dinheiro e materiais, ou seja, a necessidade de expandir e dividir não apenas os produtos, mas também as experiências. Desse modo, a Permacultura vai além do cultivo, se preocupa com o sistema sócio-econômico-ambiental e com a comunidade no geral. No Quadro 1 os doze princípios estão resumidos:

Quadro 1 – Princípios do Design da Permacultura

Princípios do Design da Permacultura



Princípio 1: Observe e Interaja

É fundamental a observação e interação, deve-se focar o uso mais efetivo das capacidades humanas e diminuir a dependência do uso de tecnologias, promovendo o desenvolvimento de novas técnicas e sistemas.



Princípio 2: Capte e Armazene energia

Deve-se captar e armazenar energia enquanto ainda há tempo. Não se pode esquecer que temos um tempo limitado para essa captação, a energia se esgota.



Princípio 3: Obtenha rendimento

Deve-se planejar qualquer que seja o sistema para que ele seja autossuficiente em todas as escalas.



Princípio 4: Pratique a autorregulação e aceite feedback

Esse conceito inibe ou limita o crescimento ou o comportamento inadequado.



Princípio 5: Use e valorize os serviços e recursos renováveis

Usar os recursos naturais da melhor forma possível para administrar e manter os rendimentos, mesmo que seja necessário a utilização de algum recurso não renovável



Princípio 6: Não produza desperdícios

Deve-se agir com responsabilidade, evitando os desperdícios hoje para não ter privações futuras.



Princípio 7: Design partindo de padrões para chegar aos detalhes

Às vezes é bom se afastar de um sistema para que haja uma melhor percepção, já que quanto mais nos aproximamos menor é nossa capacidade de compreender o todo.



Princípio 8: Integrar ao invés de segregar

O design tem como objetivo dispor os elementos de modo que cada um satisfaça as suas e as necessidades dos outros e que exista aceitação dos produtos dos demais elementos.



Princípio 9: Use soluções pequenas e lentas

Os sistemas devem ser projetados para executar funções na menor escala que sejam práticas e eficientes quanto a utilização da energia para aquela função.



Princípio 10: Use e valorize a diversidade

A diversidade garante a superação dos imprevistos cotidianos.



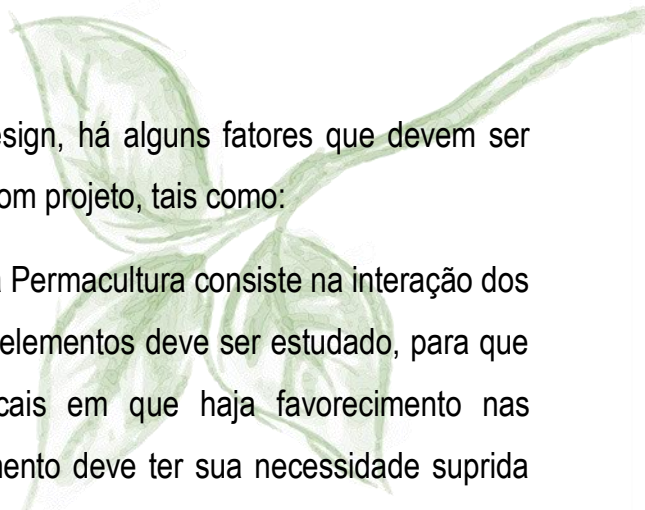
Princípio 11: Use as bordas e valorize os elementos marginais

Deve-se reconhecer e preservar os aspectos das marginais e das bordas, embora "invisíveis", essas regiões podem ser ampliadas, assim, aumenta-se a produtividade de todo o sistema.



Princípio 12: Use a criatividade e responda às mudanças

A durabilidade dos sistemas vivos naturais e da humanidade depende basicamente da flexibilidade e mudança, portanto, a mudança contribui para a evolução.



Com base nos princípios do design, há alguns fatores que devem ser considerados para a execução de um bom projeto, tais como:

1. Localização relativa: Como a Permacultura consiste na interação dos sistemas, cada um de seus elementos deve ser estudado, para que sejam implantados nos locais em que haja favorecimento nas relações mutuas, cada elemento deve ter sua necessidade suprida por outro elemento e assim sucessivamente;
2. Cada elemento deve executar mais de uma função: a posição do elemento determinará se ele está executando ou não todas as funções possíveis. Essas funções podem ser: treliça, quebra-vento, alimentação, combustível, controle de erosão, habitat selvagem, controle do clima e o condicionamento do solo;
3. Cada uma das funções importantes deve ser executada por mais de um elemento para que na ausência de um elemento, outro possa suprir a função;
4. Planejamento Energético: o consumo de energia deve ser eficiente: leva-se em consideração o posicionamento do elemento, assim, ele deve executar o número máximo de funções, cada função deve ser servida de uma ou mais fontes e sua posição deve prever a intensidade de uso (quantas vezes é necessário regar o elemento e/ou quantas vezes é necessário a colheita e etc.);
5. Utilização de recursos biológicos: a utilização de recursos não renováveis deve ser evitada. Soluções alternativas como a utilização de plantas para o controle de pragas deve ser adotada;

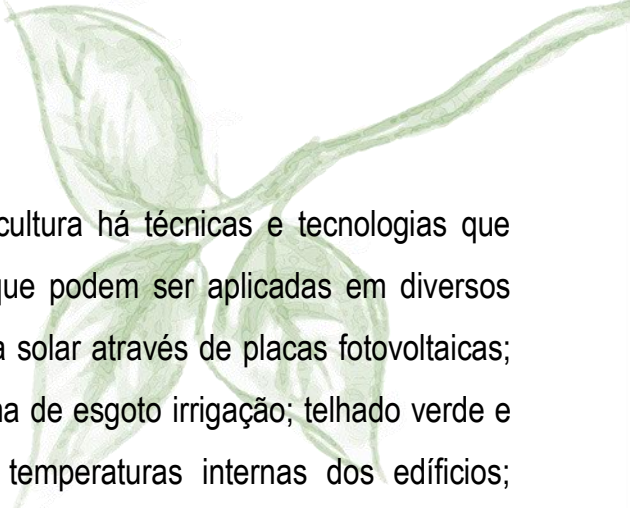
- 
6. Ciclos energéticos: a nutrição completa depende de uma rede global, desde o cultivo, transporte, armazenamento e até a publicidade.

Para Mollison e Slay (1994):

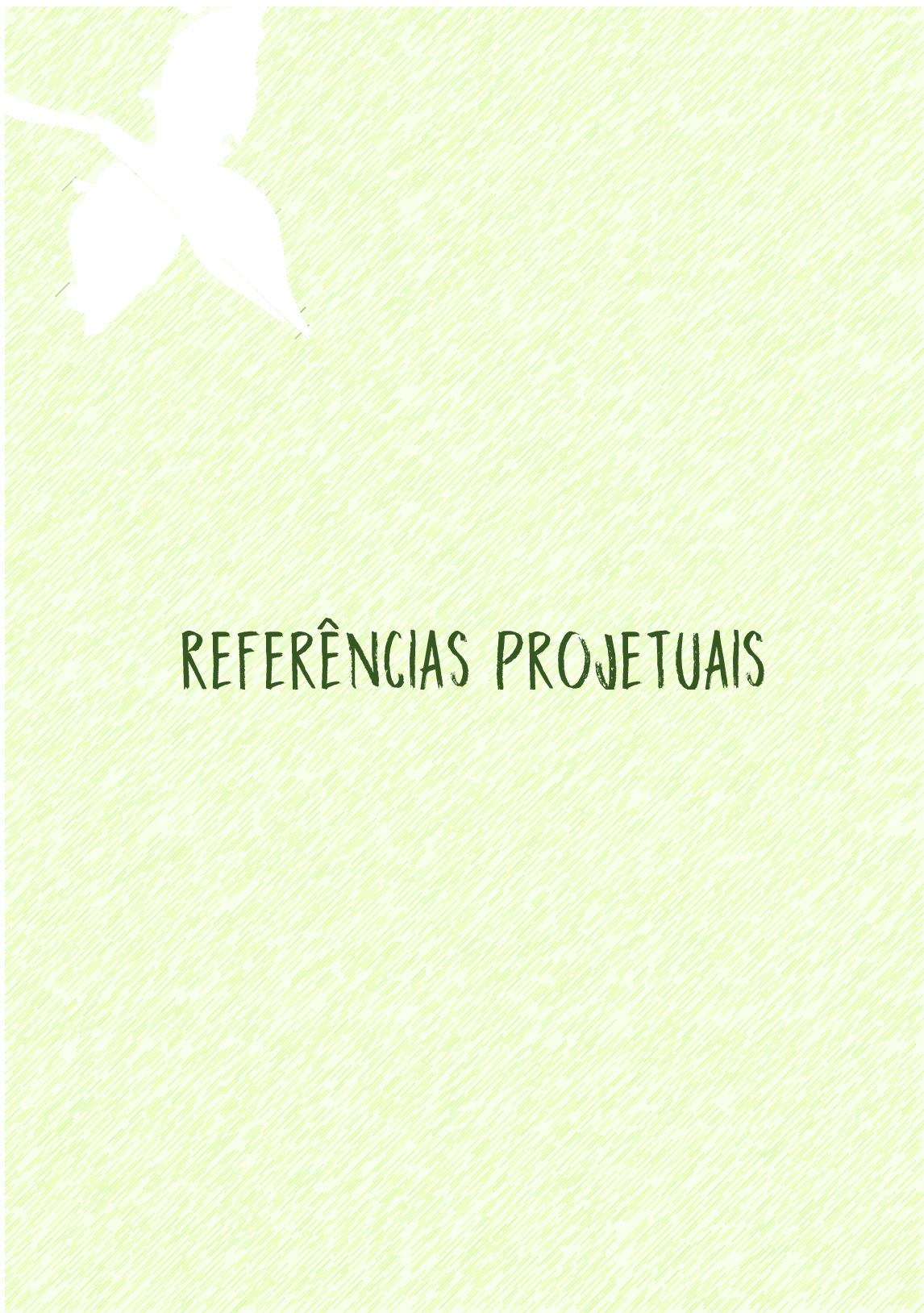
Sistemas Permaculturais visam interromper esse fluxo de nutrientes e energia que saem do local e, ao contrario, transforma-los em ciclos. [...] O bom design utiliza energias naturais que entram no sistema com aquelas geradas no local para garantir um completo ciclo energético. [...] O princípio da Permacultura não é somente reciclar e aumentar a energia, mas, também, captar, armazenar e utilizar tudo o que estiver disponível no ambiente, antes que aconteça degradação até o nível de uso energético mais baixo e se perca para sempre.

7. Sistemas Intensivos em sítios pequenos: o sistema permacultural não utiliza máquinas apenas ferramentas de mão. Esse sistema intensivo prevê ao cultivo de diversas plantas que se interagem para manter o sistema em equilíbrio;
8. Apressando a ciclo e a evolução: cada estágio o sistema irá criar condições para o próximo estágio, as plantas escolhidas numa fase deve, portanto, preparar o habitat para a planta seguinte e assim sucessivamente, um exemplo são as plantas fixadoras de nitrogênio ou plantas que possam reduzir a salinidade do solo.

A Permacultura não sintetiza apenas nas técnicas relacionadas à agricultura orgânica, vai muito além, pode-se valer dos princípios da Permacultura para o desenvolvimento e aprimoramento da qualidade de vida, e ser o viés de um mundo sustentável.



Dentro dos princípios da Permacultura há técnicas e tecnologias que promovem o baixo impacto ambiental que podem ser aplicadas em diversos projetos, tais como: captação de energia solar através de placas fotovoltaicas; captação de água da chuva; e/ou sistema de esgoto irrigação; telhado verde e brises verdes para a diminuição das temperaturas internas dos edifícios; utilização de madeira de demolição ou certificadas e aberturas adequadas de janelas e portas para melhor ventilação. (TÂMISA, 2015).



REFERÊNCIAS PROJETUAIS

LE MANJUE ORGANIQUE

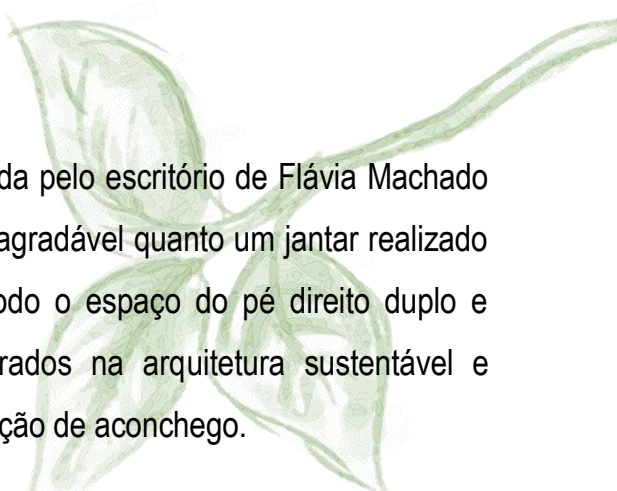
O restaurante foi fundado devido à vontade de oferecer uma gastronomia que combinasse bem-estar e sabor, a partir dos parâmetros da cozinha funcional e orgânica, para os sócios, Bruno Fattori e Renato Caleffi, comer é um ato agrícola, ecológico, além de um ato político determina o que fazemos do nosso mundo e o que vai acontecer com ele.

O Le Manjue surgiu em 2008 no bairro da Vila Madalena em São Paulo. O espaço inicial improvisado, no entanto, não espelhava o cardápio baseado em alimentos orgânicos e há 5 anos mudou de local e agora faz parte da Vila Nova Conceição e sua concepção se enquadra dentro do conceito ecológico. Atualmente, o restaurante ocupa um terreno de 200m² e sua área construída é de 250m².

Figura 20: Fachada – Le Manjue, Vila Nova Conceição



Fonte Galeria da Arquitetura. Disponível em: <<http://www.galeriadaarquitetura.com.br>>. Acesso em: 10 set. 2016.



A reforma da nova casa foi projetada pelo escritório de Flávia Machado a fim de “deixar o espaço de refeição tão agradável quanto um jantar realizado em um jardim”. A natureza conquistou todo o espaço do pé direito duplo e foram utilizados materiais naturais inspirados na arquitetura sustentável e gastronomia orgânica para causar a sensação de aconchego.

O escritório seguiu o conceito da gastronomia orgânica para nortear as escolhas no projeto, dando preferência para materiais naturais e criativos. O paisagismo conta apenas com plantas da flora brasileira.

Os resíduos gerados pela demolição de algumas paredes foram revertidos em material de nivelamento do piso para a ampliação da varanda. Flávia, ainda aproveitou e entrevistou em resquícios de um papel de parede, já que este deixa resíduos quando retirado

A tinta é à base de terra com corantes naturais, o forro é revestido de cortiça com selo de certificação FSC (madeira de reflorestamento), e os móveis de madeira de reflorestamento ou madeira reutilizada (caixas de vinho e pallets).

Após a reforma, a clientela do Le Manjue aumentou 80 % indicio que a arquitetura sustentável aliada ao conceito saudável trouxe elementos que faltavam para o ambiente.

Para a análise do Le Manjue Organique, levou-se em consideração, sobretudo, a divisão e disposição dos espaços. Na figura 21, observa-se que no pavimento inferior encontra-se a parte o salão, cozinha, banheiros, bar e

empório. Enquanto o pavimento superior, há o escritório, a despensa e uma cozinha experimental para realização de cursos.

Figura 21 – Planta Baixa - Análise do Autor



Fonte: Le Manjue Organique, adaptação do autor, 2016.

No corte AA (Figura 22) do Le Manjue destaca-se a disposição das jardineiras na qual há plantas nativas, estão na altura do mezanino, na varanda á pequenas jardineiras posicionadas a meia parede. Nessa parede há ainda um quadro negro para mensagens e descrição do cardápio e nos banheiros

inferiores o aproveitamento de objetos para decoração. É possível notar a cobertura retrátil e translúcida da varanda no canto direito do corte.

Figura 22: Corte AA e BB – Estudo do Autor



Fonte: Le Manjue, adaptação do autor, 2016

THE PERENNIAL

Em 2012, Karen Leibowitz e Anthon Myint começaram a considerar preocupações ambientais em seu métier, após administrarem com sucesso outros restaurantes, a dupla se questionou se seriam capazes de criar um restaurante fino que tivesse pouco impacto ambiental.

O casal buscou ajuda com especialistas e puseram-se a analisar quais as formas que os restaurantes impactam o meio ambiente e como essa degradação poderia ser reduzida e/ou compensada.

Depois de dois anos de pesquisa e construção, o restaurante (Figura 23) foi aberto (2016) e ao invés do lema “do campo à mesa”, o lugar baseia-se na filosofia de “cuisine agrária progressista”, ou seja, segue a ideia de que a agricultura tem potencial para promover o uso consciente dos recursos naturais.

Figura 23: The Perennial



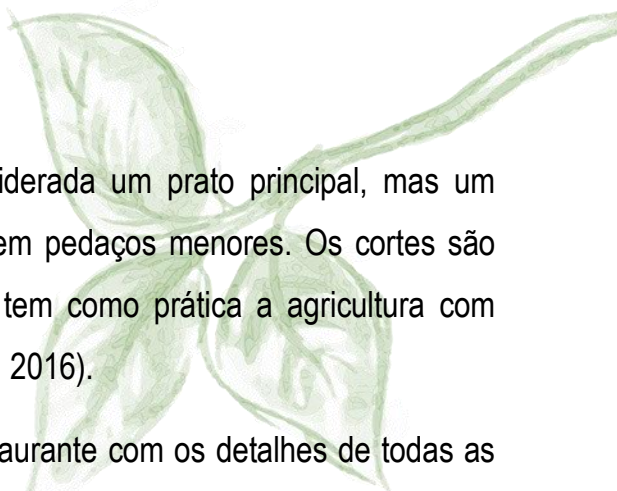
Fonte: The Perennial. Disponível em: <<http://sf.eater.com>>. Acesso em: 10 set. 2016.

O restaurante produz suas verduras e legumes através do sistema Agricultura Hidropônica ou *Aquaponic*, é um processo em as plantas têm suas raízes submersas em água, que po sua vez é fertilizada por peixes. Os peixes por sua vez, são alimentados com *cattfish*, produzido no próprio restaurante através da compostagem feita com os restos orgânicos. Para completar o ciclo, os peixes fazem parte do menu do estabelecimento.

Figura 24: O ciclo aquapônico



Fonte: Disponível em: < <http://www.metropolismag.com/May-2016/Always-in-Season/>>.
Acesso em 25.ago.2016.



No Perennial, a carne não é considerada um prato principal, mas um acompanhamento, portanto, são servidas em pedaços menores. Os cortes são comprados de uma fazenda próxima que tem como prática a agricultura com baixo impacto ambiental (THE PERENNIAL, 2016).

Há cartões postais expostos no restaurante com os detalhes de todas as práticas sustentáveis, assim, a equipe é instruída a não pregar as práticas, mas a sanar as dúvidas dos clientes evitando clichês. A fim de evitar práticas comuns no design, os móveis foram projetados por um monge zen-budista e arquiteto Paul Discoe, que trabalha exclusivamente com madeira recuperada, para o Perennial recuperou-se vigas do Terminal de Transbay, a estufa também foi projetada por Discoe com os mesmos critérios utilizados no mobiliário.

Curiosamente, há um tapete que cobre o centro do restaurante é de 100% de fibras recicladas de redes de pescas que segundo a ONU representa 10% do lixo marinho (The Perennial SF). Os azulejos e pisos são da Fireclay Tile que são produzidos através de resíduos de granito, garrafas de vidro recicladas, o gesso, da Level 5 Design que trabalha com inovação e ciência dos materiais para desenvolver o gesso através de resíduos do processamento de mármore.

Os vidros da fachada são um Eco-Glass produzido pela Bendheim Glass com garrafas recolhidas nas lixeiras da cidade de São Francisco. A iluminação é toda de LED, todo papel utilizado é de papel reciclado Neenah que após o desgaste é descartado na estufa Aquapônica, não diferente o guardanapo é 100% algodão é lavado em lavanderia verde e quando não é mais possível reutilizar segue o mesmo procedimento dos papéis.

Na Figura 25, The Perennial – Estudo do Autor, destaca-se pontos importantes como: o forro feito com tiras de madeira reciclada, o tapete com linhas de pesca, o Ecoglass e entre outros.

Figura 25: The Perennial – Estudo do Autor



Fonte: The Perennial, adaptação do autor, 2016.

O casal tem a meta de conseguir certificação LEED Platinum quando todos os processos do restaurante forem concluídos. Segundo, Leibowitz: "Nós comunicamos nossa mensagem sem sacrificar o prazer do cliente, e realmente atingimos o nosso objetivo de tornar o ambiente agradável".

TACCHINO RISTORANTE

O restaurante Tacchino, está localizado na cidade de Presidente Prudente, o local destaca-se devido a um Flamboyant de 60 anos plantado na calçada. Foi inaugurado em 1993 pelos sócios Humberto Junqueira e Gussoni, em 1995, Paulo Almeida Filho substituiu o sócio Humberto. Hoje, é administrado apenas pela família Almeida.

No caso do Tacchino não há aplicações de arquitetura e técnicas com baixo impacto ambiental, a visita técnica foi realizada a fim de conhecer e aprofundar as reais necessidades de um restaurante a la carte gourmet. Segundo o proprietário, André Delfim, funcionamento passou de 7 dias da semana para apenas de sexta a domingo com almoço e jantar. A média mensal de atendimento é de 1800 pessoas.

Figura 26 – Fachada Tacchino



Fonte: Autor, 2016.

O Tacchino está construído em um terreno de 500m². A casa do início do século XX passou por duas reformas e atualmente tem 350m² de área construída. Há duas áreas para servir com cerca de 205m², o salão interno representa 60% dos lugares disponíveis, a parte externa mescla área de servir com um jardim vertical e a sombra do Flamboyant.

Figura 27: Área Externa e Interna



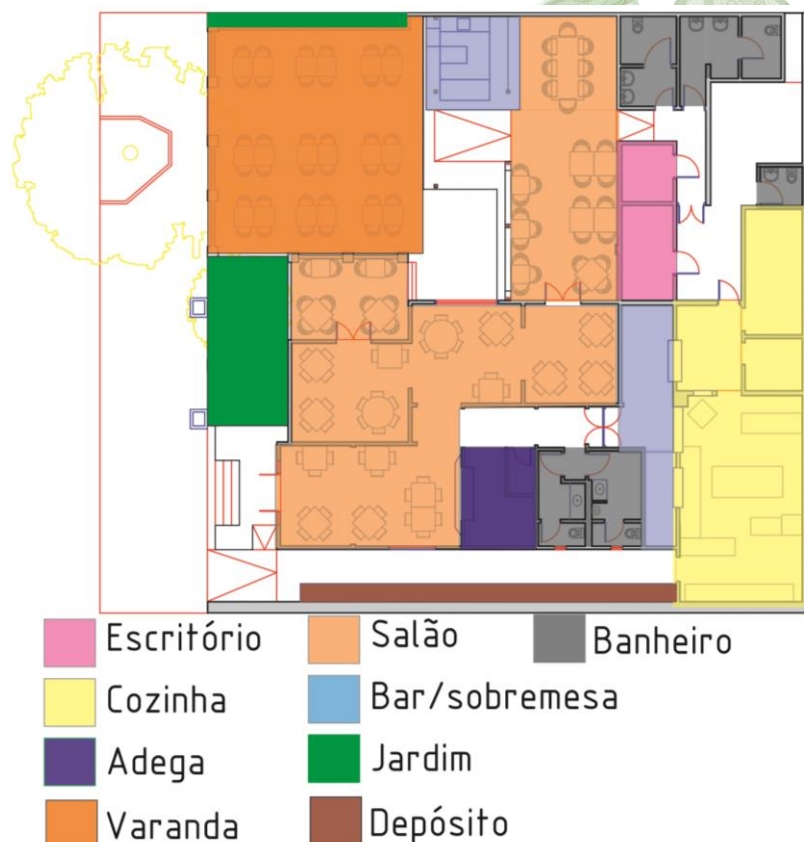
Fonte: Autor, 2016.

A cozinha corresponde a 30% da área do salão, além de uma área central de cocção, há uma ante câmara, câmara fria, prateleiras elevadas para armazenamento de equipamento e pias para alimentos frios e quentes a fim de evitar contaminação.

Já a área de bar e sobremesa é o primeiro espaço antes do salão ocupa 14m², enquanto no bar externo têm 12 m² e é exclusivo para o cardápio de bebidas alcoólicas, exceto o vinho, que possui uma adega no salão interno.

Área de armazenamento seco e administração dividem um mesmo espaço de 15m² e os banheiros de funcionários e clientes ocupam 30m² do total do salão.

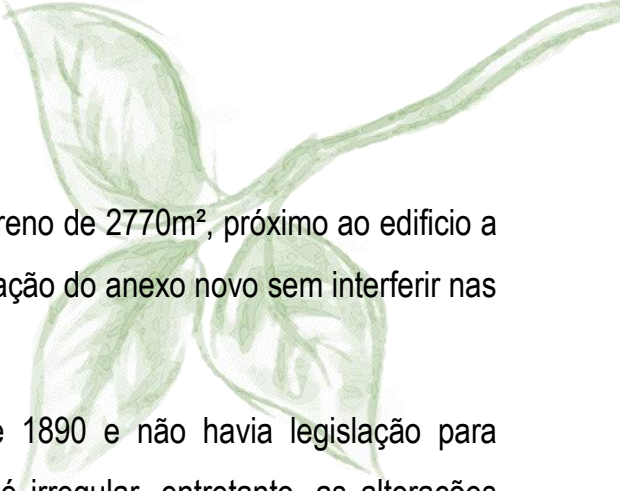
Figura 28: Planta baixa Tacchino – Estudo do autor



Fonte: André Delfim, modificado pelo autor 2016.



DIRETRIZES DE PROJETO



O Casarão encontra-se em um terreno de 2770m², próximo ao edifício a vegetação é rasteira permitindo a implantação do anexo novo sem interferir nas árvores nativas e no curso d'água.

Como a construção é datada de 1890 e não havia legislação para proteção de APP, sua implantação não é irregular, entretanto, as alterações futuras deverão respeitar as leis e a preservação da área de acordo com o novo Código Florestal e a Resolução do CONAMA nº 369 de março de 2006.

O restauro do Casarão acompanhará o estudo histórico do edifício, como recomendado na Carta de Veneza. Assim, os elementos substituídos irão se integrar harmoniosamente com o edifício e será possível distinguir o atual do histórico arquitetônico.

Foram levantados dados da situação da casa, Figura 29, na qual os cômodos foram divididos de 1 a 8 para facilitar a compreensão. Nessa figura, destacam-se os caixilhos de madeira a serem reaproveitados: os batentes das portas internas poderão ser reutilizados, como batente ou como mobiliário, janelas dos cômodos 1, 3 e corredor estão praticamente inteiras, sendo necessário apenas a restauração, já as demais devem ser substituídas. A transição entre os cômodos 3 e 6 necessita de reforço estrutural, e nesse caso, a ideia é um reforço aparente em aço Corten.

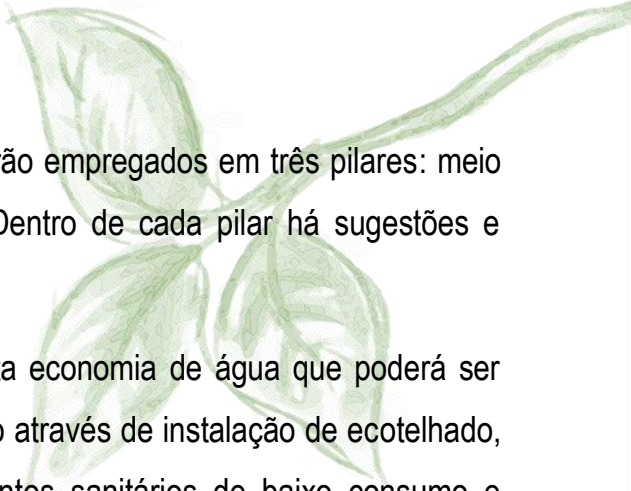
O piso do cômodo 6, onde funcionava a antiga venda de pinga, é de ladrilho hidráulico com desenho de formas geométricas diversas, precisa de limpeza e pode ser aplicado no mesmo ambiente ou em outro, até mesmo em

paredes. Quase todo o assoalho do edifício foi retirado, portanto, são poquíssimas as tábuas a serem reaproveitadas.

Figura 29: Estudos do autor



Fonte: Autor, 2016.



Os princípios da Permacultura serão empregados em três pilares: meio ambiente, abastecimento e sociedade. Dentro de cada pilar há sugestões e técnicas sustentáveis a serem aplicadas.

No pilar Meio Ambiente, é prevista economia de água que poderá ser obtida gerenciando e reduzindo o impacto através de instalação de ecotelhado, sistema integrado de esgoto, equipamentos sanitários de baixo consumo e reaproveitamento das águas pluviais para irrigação e utilização.

A gestão de resíduos prevê a reutilização dos materiais orgânicos, bem como, dos resíduos sólidos através de coleta seletiva, descarte adequado de óleo e do lixo, além de aproveitar todos os restos orgânicos na composteira que será adubo do Sistema de Agrofloresta (SAF) e da horta e/ou jardim.

A eficiência energética contempla o gerenciamento dos usos e armazenamento de energia obtidos com o uso de equipamentos ecoeficientes, iluminação de LED, iluminação natural e aquecimento solar. Serão englobados os seguintes princípios da Permacultura: usar soluções pequenas; valorizar recursos renováveis; praticar autorregulação e aceitar feedback; evitar desperdícios, captar e armazenar energia.

No pilar abastecimento, indica-se a utilização de suprimentos de baixo impacto ambiental tanto da produção como no transporte, de modo que priorize o consumo de produtos locais e sazonais. Prever um local para despensa que seja adequado, acessível e compatível com a necessidade de cada produto é fundamental para facilitar o armazenamento, uma vez que, para prevenir desperdícios não é indicado grande estocagem, mas a utilização de alimentos



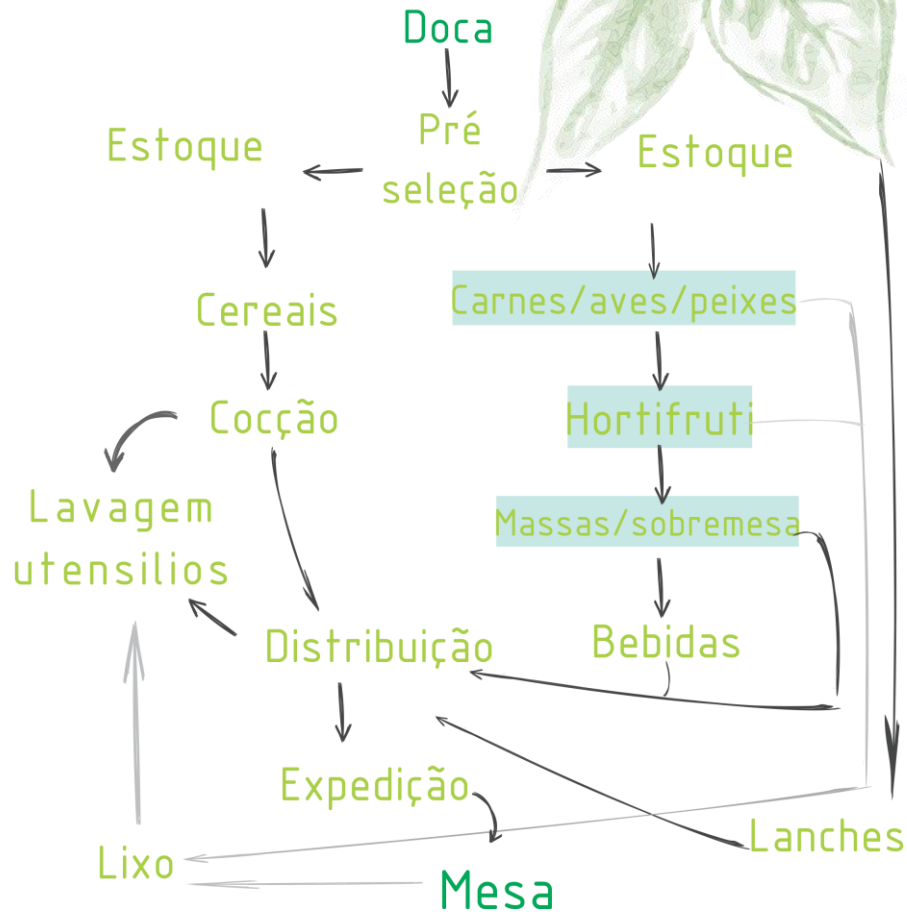
frescos. Aqui conseguimos atingir mais 3 princípios da Permacultura: integrar ao invés de segregar; observar e interagir; e utilizar as bordas e valorizar elementos marginais.

A sociedade, último pilar, prevê comércio justo, marketing responsável e o envolvimento com a comunidade. Dentro do projeto é previsto um espaço para pequenas oficinas tanto na área de SAF Sistema de AgroFloresta e Permacultura como na área da gastronomia.

De acordo com a NBR 14518, os dados ergonômicos descritos por Neufert e os estudos de casos levantados elaborou-se um fluxograma (Figura 32) para cozinha industrial que essa será implantada em um anexo novo e independente do Casarão conforme a Figura 31 – Diretrizes de projeto.

Figura 30: Fluxograma básico da Cozinha industrial

Fluxograma - cozinha industrial



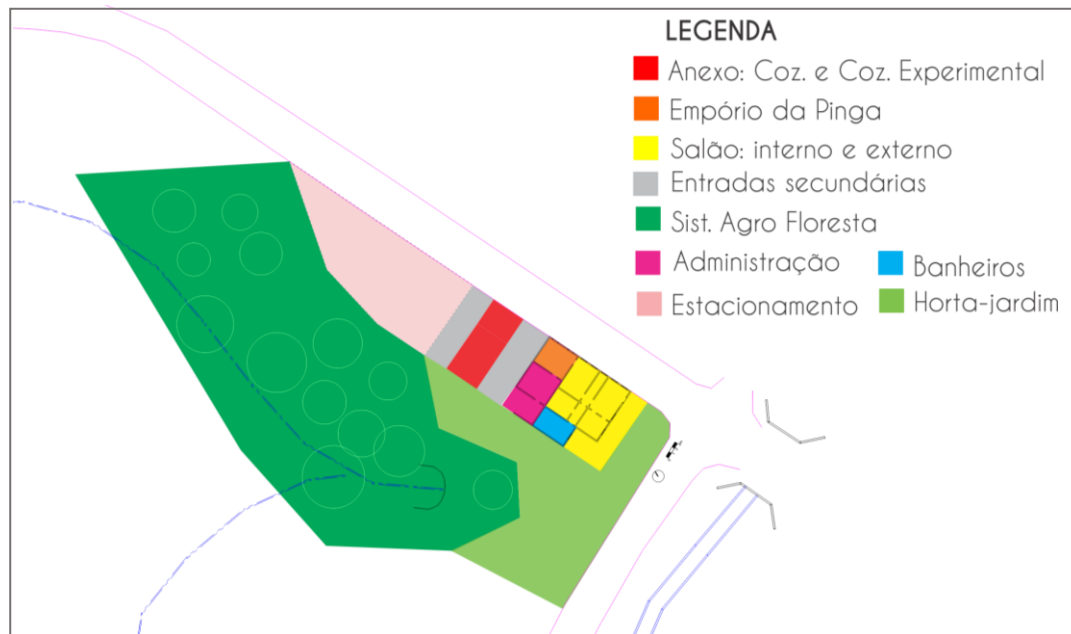
observações

- DOCA: rampa, carrinho para transporte;
- PRÉ SELEÇÃO: balança > controle de pesagem da matéria prima, pia de higienização;
- PRÉ PREPARO: necessário no mínimo: 1 pia, 1 lixeira, 1 mesa para cada preparo; 1 geladeira para Pré-preparo de Massas e sobremesa
- COCÇÃO: G1 > Básica: caldeirões (arroz, feijão, carnes de panela, massas, cremes e sopas);
G2 > Ordinária: fogões (molhos, bifes/filés, condimentos para G1);
G3 > Frituras e frígidos: frigideiras e fritadeiras;
G4 > Fornos e a cocção especial: fornos tradicionais e combinados, mesa, pia, apoio, carro de apoio e banho maria.

Fonte: Autor, 2016

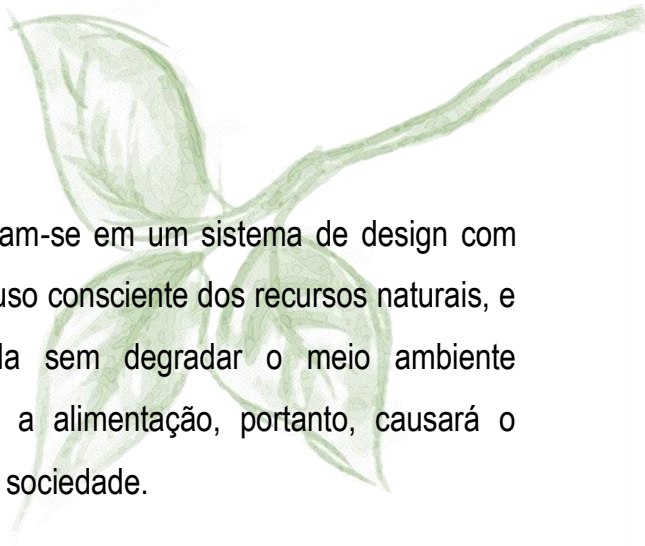
Na Figura 31 –Diretrizes de Projeto, está previsto a área de SAF em verde sólido, a área de jardim-horta em verde claro riscado, estacionamento em listras marrons, circulação de pedestres com piso permeável. Em amarelo áreas previstas para o salão interno e externo com 100m², em laranja o empório de pinga, em roxo listrado os sanitários, em vermelho a cozinha, cozinha experimental e despensa com 60m² e em cinza a entrada de serviço.

Figura 31: Diretrizes e Projeto

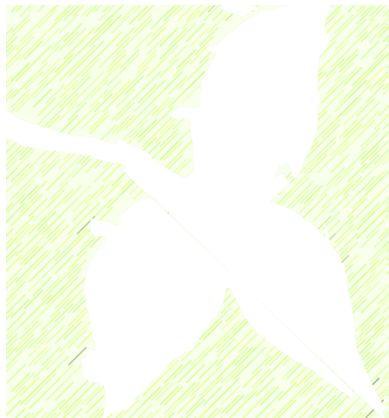


Fonte: Autor

Deve-se ressaltar que a cozinha industrial e a despensa estarão localizadas em um anexo, cuja arquitetura se destacará do edifício de 1890, mas conservará o equilíbrio da paisagem.



Desse modo, as diretrizes baseiam-se em um sistema de design com base no meio ambiente, bioarquitetura, uso consciente dos recursos naturais, e o cultivo de plantas sustenta a vida sem degradar o meio ambiente incorporando aspectos do edifício até a alimentação, portanto, causará o mínimo de degradação na natureza e na sociedade.



O PROJETO

Para compreender o projeto como um todo é necessário relembrar que o edifício está localizado próximo ao quadrilátero central da cidade dentro de uma enorme Área de Proteção Ambiental. Ao lado da casa há um curso d'água (Figura 32) que, segundo a Lei Federal 12.651 e a Resolução do CONAMA 369 de março de 2006 deve possuir uma Área de Proteção Permanente com distância mínima de 30 metros, no entanto, a edificação é de 1890 e não se enquadra como irregular apenas as suas modificações devem respeitar as propostas para áreas de APP.

A fim de respeitar a Lei para o novo uso do Casarão optou-se por um Eco Restaurante no qual além de suprir a necessidade da cidade, possui atividades de baixo impacto ambiental e dentro dos conceitos da Permacultura e há implantação do Sistema de Agrofloresta (SAF), composteira dentro do SAF e Horta Mandala.

Figura 32: Maquete Locação¹



Fonte: Autor, 2017

¹ As pranchas técnicas encontram-se no Anexo

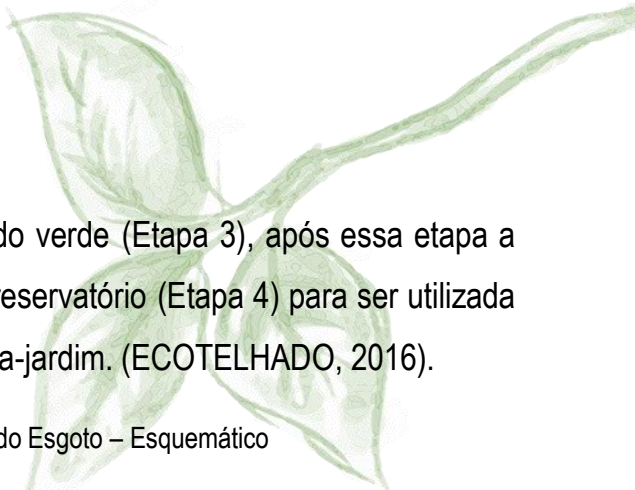
A Horta Mandala ocupará a parte oeste do terreno, observar figura 32, as três hortas fornecerão parte das verduras e legumes da cozinha e ainda servirão de exemplo para as oficinas e cursos oferecidos pelo Eco Restaurante. Já o SAF que irá se misturar com a vegetação e indica-se as seguintes árvores frutíferas de fruto pequeno e médios.

Quadro 2: Árvores Frutíferas

Nome popular	Nome científico	Fruto	Clima
Goiabeira	<i>Psidium guajava</i>	Goiaba	Tropical
Nespereira	<i>Eriobotrya japonica</i>	Nêspera	Tropical
Pitangueira	<i>Eugenia uniflora</i>	Pitanga	Tropical
Laranjeira	<i>Citrus sinensis</i>	Laranja	Tropical
Amoreira	<i>Morus nigra</i>	Amora Negra	Tropical
Abacateiro	<i>Persea americana</i>	Abacate	Tropical
Romãzeira	<i>Punica granatum</i>	Romã	Tropical
Mangueira	<i>Ficus auriculata</i>	Manga	Tropical
Carambola	<i>Averrhoa carambola</i>	Carambola	Tropical

Fonte: Jardineiro, 2017

Entre as técnicas de baixo impacto ambiental o telhado verde sobre o anexo tem dupla função: reduz o calor interno e serve para o tratamento de esgoto proposto pelo Sistema Integrado de Escoto (SIE) da Ecotelhado que é um sistema fechado e não gera odor. Esse SIE (Figura 33) recolhe as águas cinzas do edifício (Etapa1) direcionando-as para o Vermifiltro onde a parte sólida será filtrada, o efluente é bombeado para a Torre Verde (Etapa 2) onde a



do verde (Etapa 3), após essa etapa a
 reservatório (Etapa 4) para ser utilizada
 a-jardim. (ECOTELHADO, 2016).

do Esgoto – Esquemático

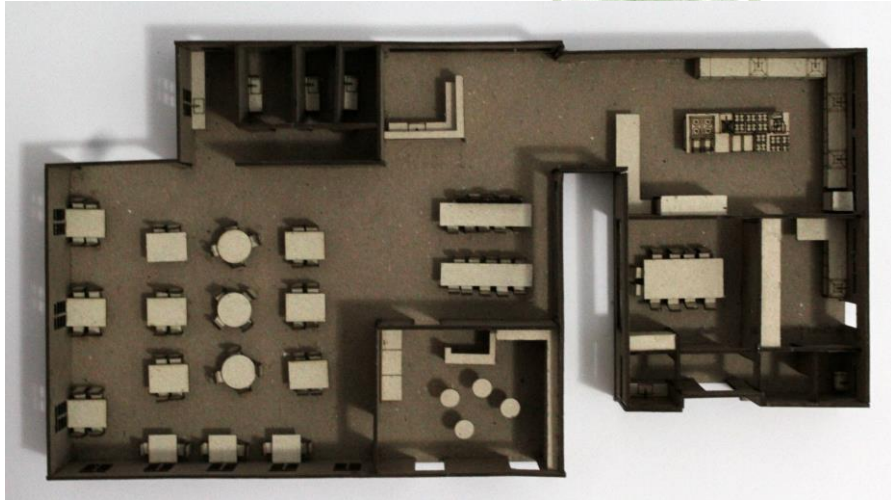
Architectural section drawing of a building. The drawing shows a cross-section with various rooms and structural elements. Numbered callouts are present: 1 (green) points to a lower level or foundation; 2 (blue) points to the upper roof structure; 3 (green) points to the upper floor slab; 4 (red) points to a lower level or foundation. A scale bar at the bottom right indicates dimensions in meters (0, 1, 2).



O Restaurante propõe a const

O Restaurante propõe a construção de uma cozinha e oficinas que se integram a uma cozinha industrial com ilha de trabalho, com 10 assentos, uma pequena área de armazenamento e uma sala que serve também para de

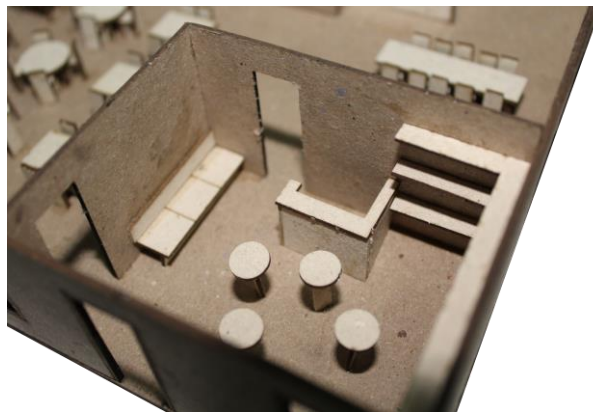
Figura 34: Maquete 1:75



Fonte: Autor, 2017.

Na maquete, figura 34, é possível entender a conexão entre cozinha-bar e salão que ocorre na área de empratamento. Já o acesso para os clientes é exclusivamente pelo Empório da Pinga (Figura 35) que comercializará diversos rótulos, além de dar boas-vindas, fornecerá aperitivos aos clientes em sua pequena área de espera, o sofá.

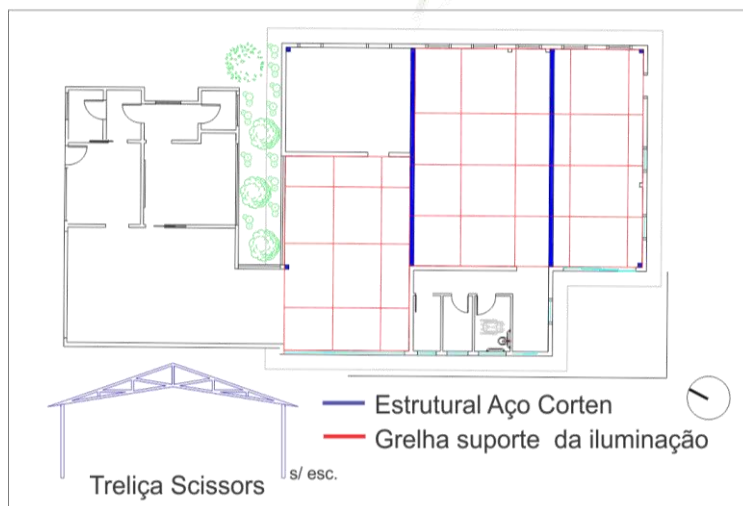
Figura 35: Perspectiva Empório



Fonte: Autor, 2017.

O salão se abre pelo Casarão de 1890 que tem sua distribuição interna modificada para facilitar a circulação e disposição mesas, assim com a demolição de algumas paredes, optou-se por um reforço estrutural em aço Corten de perfil I tanto para os pilares como para treliças.

Figura 36: Planta Baixa Reforço e Grelha

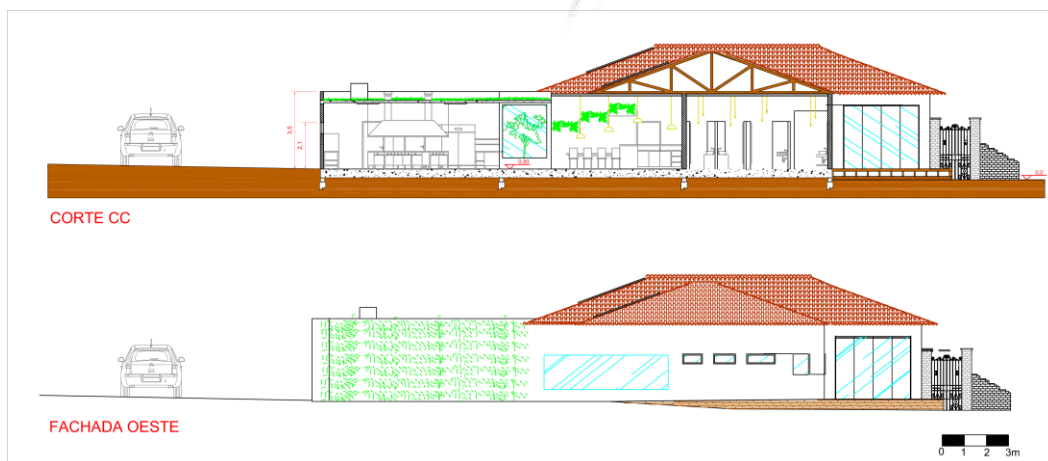


Fonte: Autor, 2017.

Em uma grelha apoiada nos pilares novos que abrange todo o salão nasce a iluminação pendente (observar o corte BB na Figura 37) que varia de 0,70 a 1m de altura a partir do tampo de cada uma das mesas e segue essa altura até o banheiro. Na fachada oeste (Figura 37) houve o maior número de modificações há uma porta de correr de vidro para o deck e horta-jardim, janelas para os banheiros e janelas-molduras cuja função é iluminação e enquadramento da paisagem. Nessa figura é possível ver a parede verde que tem como intenção reduzir o calor da cozinha e integrar-se a horta-jardim.

abertura de janelas-molduras cuja função é enquadrar a paisagem e fornecer iluminação natural e a parede verde do anexo. Sobre o telhado, é possível ver a instalação das placas fotovoltaicas (ao norte do terreno) para captação de energia solar para utilização no Eco Restaurante.

Figura 37: Corte CC e Fachada Oeste



Fonte: Autor, 2017.

Na fachada Leste (Figura 38) optou-se por manter as características originais, as janelas passíveis de restauro voltarão a cor original conforme a reconstrução da Figura 39 e uma das portas foi substituída por uma folha de vidro a fim de demarcar a intervenção. Entre a conexão dos edifícios há um jardim com vegetação de pequeno porte e arbustos, por sua vez, o anexo se destacará do edifício por seu desenho simples de linhas retas.

Figura 38: Fachada Leste



Fonte: Autor, 2017.

Figura 39: Reconstrução da Fachada



Fonte: Autor Desconhecido, fotos antigas de Santa Isabel, 2016

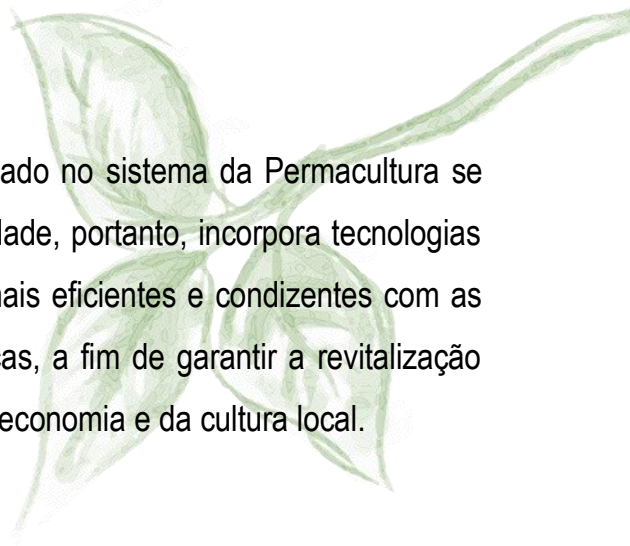
Todo o conceito do projeto foi pensando a partir de ideias que minimizem impacto ambiental e no final dessa monografia há uma planilha com equipamentos de cozinha de *eco friendly* (98% reciclados, baixo consumo de energia) e móveis com certificação florestal que foram utilizados como modelo para o dimensionamento do projeto (TRAMONTINA, 2017).

O Eco Restaurante Casarão é um novo conceito para a cidade de Santa Isabel baseado no meio ambiente, abastecimento e sociedade que estão como itens na Figura 40, no esquema há técnicas e tecnologias aplicadas para atingir os doze princípios da Permacultura a serem seguidos pelo restaurante que estão em azul.

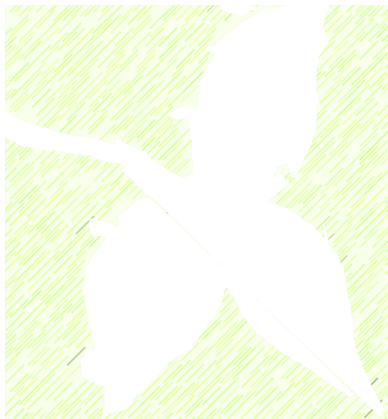
Figura 40: Esquema de Técnicas e Tecnologias para Permacultura



Fonte: Autor, 2016.



Assim, o projeto arquitetônico baseado no sistema da Permacultura se preocupa com o meio ambiente e a sociedade, portanto, incorpora tecnologias e materiais de baixo impacto ambiental, mais eficientes e condizentes com as demandas sociais, ambientais e econômicas, a fim de garantir a revitalização do patrimônio arquitetônico, da história, da economia e da cultura local.



REFERÊNCIAS

AGOPYAN, V.; JOHN, V. M.; GOLDEMBERG, J. **O desafio da sustentabilidade na construção civil**. São Paulo: Blucher, v. 5, 2011. (Série Sustentabilidade)

ARCHDAILY. **Restaurante Le Manjue Organique**. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-139404/restaurante-le-manjue-organique-slash-flavia-machado>>. Acesso em: 10 set. 2016.

BHAKTI, V. **Princípios da Educação Neo-Humanista**. Disponível em <http://pedagogiadanatureza.blogspot.com.br/2012_03_01_archive.html>. Acesso em: 25 nov. 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL. **Cidade**. Disponível em: <<http://www.camarasantaisabel.sp.gov.br/a-cidade>>. Acesso em 6 jan. 2016.

Carta de Veneza, 1964. In: IPHAN: Cartas Patrimoniais.

CAMARGO, M. **Casarão Monte Serrat**. Universidade Católica de Santos. Santos, 2008.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano V. Machado. São Paulo: Estação. Liberdade: UNESP, 2001.

CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/>>. Acesso em 04.fev. 2016.

CITY BRAZIL. **Santa Isabel**. Disponível em <<http://www.citybrazil.com.br/sp/santaisabel/atracoes-turisticas/atrativos-culturais>>. Acesso em 23.abril.2016

CREA. **Patrimônio Histórico**. Disponível em:<<http://www.creasp.org.br/>> Acesso em: 30.mai.2016

CUNHA, K., OLIVEIRA, L. **A gastronomia enquanto atrativo turístico-cultural**. Revista Polis Digital. Disponível em: <<http://www.anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/>>. Acesso em: 31.mai.2016

FÉRIAS TUR. **Informações**. Disponível em: <<http://www.ferias.tur.br/informacoes/9608/santa-isabel-sp.html>>. Aceso em: 31.mai.2016

FIRE CLAY TILE. **Sustainability**. Disponível em: <<https://www.fireclaytile.com/sustainability/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

FUNDAÇÃO FIA. **Áreas de Proteção aos Mananciais na RMSP**. Disponível em: <<http://www.fundacaofia.com.br/gdusm/apm.htm>>. Acesso em 20.mai.2016

GALERIA DA ARQUITETURA. **Restaurante Le Manjue Organique**. Disponível em: <http://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/flavia-machado-arquitetura_/restaurante-le-manjue-organique/1460>. Acesso em: 10 set. 2016.

GONÇALVES, R. S. J. **Os limites do patrimônio**. In: Lima Filho et al. Antropologia e Patrimônio Cultural. Diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau, Nova Letra, 2007.

INSTITUTO DE PERMACULTURA E ECOVILAS DA MATA ATLÂNTICA. **Água e esgoto**. Disponível em <<http://www.ipemabrazil.org.br/institutoweb13.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2015

IPHAN. **Patrimônio Cultural**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 29.mai.2016

KAMITAMA, ARACI. **Agricultura Sustentável**. Secretaria do Meio Ambiente/ Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. SMA. 2011.

LEVEL FIVE DESIGN. **About**. Disponível em: <<http://levelfivedesign.com/about.html>>. Acesso em 10 set. 2016.

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. Lisboa. Edições 70. 1960.

METROPOLISMAG. **Always in Season**. Disponível em: <<http://www.metropolismag.com/May-2016/Always-in-Season/>>. Acesso em 10 set. 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cidades Sustentáveis**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/%C3%A1reas-de-prote%C3%A7%C3%A3o-permanente>>. Acesso em 20.mai.2016

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Conama nº 369**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489>> Acesso em 20.mai.2016

Miranda, M.; Araújo, G.; Askar, J. **Mestres e Conselheiros**. Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural. IEDS. 2009.

MOLLISON, B. SLAY, R. **Permaculture**: A designer's manual. Tagari. 1994.

NEUFERT, P. **Arte de Projetar em Arquitetura**. 17ª ed. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2008.

OPEN STREET MAP. **Santa Isabel**. Disponível em:
<<http://www.openstreetmap.org/relation/5349736#map=11/-23.3757/-46.3911>> Acesso em 19.abril.2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. **Carta de Goiania**, 2003. In: Mestres e Conselheiros: Anexos, p.177-185.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL. **História**. Disponível em
<<http://santaisabel.sp.gov.br>>. Acesso em 09 dez. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. **Carta de Santos**, 2009. In: Mestres e Conselheiros: Anexos, p.186-188.

SANTILLI, J. F. R. **Patrimônio imaterial e direitos intelectuais coletivos**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n 32, 2005, p. 62-79. .

SANTOS, T. **Avaliação qualitativa e quantitativa das tecnologias de construção dos CISSAs: o caso do CISSA-ARPE**. FAPESP, 2015.

SÃO FRANCISCO EASTER. **The Perennials SF**. Disponível em:
<<http://sf.eater.com/2016/1/19/10784686/the-perennials-san-francisco-opening>>. Acesso em: 10 set. 2016.

SEBRAE ES. **Restaurante à la carte**. Disponível em:
<<http://vix.sebraees.com.br/ideiasnegocios/arquivos/restaurantealacarte.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HIDRICOS. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhat/apresentacao>>. Acesso em 20.mai.2016

THE PERENNIAL SF. **Design**. Disponível em: <http://www.theperennialsf.com/design>. Acesso em: 10 set. 2016.

TRAMONTINA. **Produtos**. Disponível em: <http://www.tramontina.com.br/>. Acesso em 18.jan.2017.

TORA BRASIL. **Produtos**. Disponível em: <http://www.torabrasil.com.br/Projeto.aspx?projId=8&catId=1>. Acesso em: 24.fev.2017

UNESCO. **Patrimônio Cultural no Brasil**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>. Acesso em: 29.mai.2016

ANEXOS

1. Formulário de entrevistas

25/09/2016

Casarão Fábrica de Farinha

Casarão Fábrica de Farinha

Sou Tâmis, moro em Santa Isabel, faço Arquitetura e Urbanismo na UNESP em Presidente Prudente. Estou no 5º ano e para o meu Trabalho Final de Graduação escolhi trabalhar o Casarão da Família Machado construído no século XIX.

"Ao todo o Casarão contava com 16 cômodos, havia anexos que serviam de quartos de pousada. Como a cidade é rota para Aparecida do Norte, alguns tropeiros que passavam por ali ficavam hospedados nos quartos-anexo.

Mara, historiadora e neta da família, conta que o terreno era maior que o atual, havia uma área destinada para o engarrafamento de pinga, no entanto, a pinga era proveniente de Alambique das cidades vizinhas como Igaratá e Nazaré Paulista. O produto engarrafado seguia com os tropeiros para São Paulo, que revendiam aos paulistas." (SANTOS, Tâmis)

Com o objetivo de entender a importância histórica do Casarão para a população, peço, por favor, que respondam as perguntas a seguir.

***Obrigatório**

1. Qual a sua idade: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Até 15 anos
- ☐ 16 a 20 anos
- ☐ 21 a 30 anos
- ☐ 31 a 40 anos
- ☐ 41 a 50 anos
- ☐ 51 a 60 anos
- ☐ Mais de 60 anos

2. Em qual bairro você mora/morou em Santa Isabel? *

.....

3. Você considera os Casarões (Farinha, 13 de maio) e as Igrejas (Rosário, Matriz e Monte Serrat) importantes? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

4. Você sabia que a Igreja Nossa Senhora do Monte Serrat foi construída por escravos? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

5. **Você sabia que há indícios que Santa Isabel libertou os escravos 3 meses antes da Lei Aurea? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

6. **Você sabia que a Capela e Obelisco 13 de maio, (simboliza a libertação dos Escravos), inaugurados em 1988, são os patrimônios mais bem preservados da cidade? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

7. **Você sabia que a Igreja do Rosário que foi inaugurada no ano de 1723 e foi construída por escravos utilizando a técnica de taipa de pilão? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

8. **Como "Paraíso da Grande São Paulo" e seu Patrimônio Arquitetônico datado do século XVIII, XIX e XX, você considera Santa Isabel com potencial turístico? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

9. **Qual o significado do Casarão da Fábrica de Farinha para você? ***

.....

10. **Você sabia que o Casarão da Fábrica de Farinha foi pousada e comércio de pinga? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

11. **Se você fosse propor um novo uso para o Casarão, qual seria? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Secretaria de Turismo
☐ Restaurante
☐ Museu
☐ Cafeteria
☐ Pub
☐ Outro:

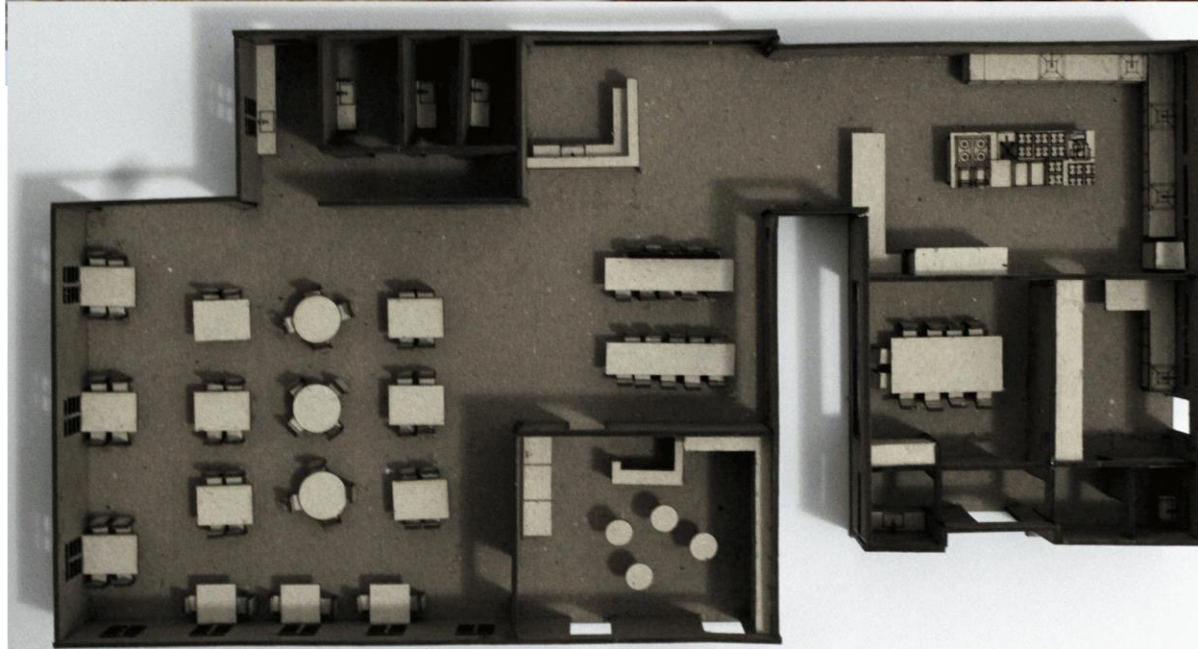
12. **Você conhece as Técnicas de Permacultura? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

13. Você conhece o Sistema de Agrofloresta? **Marcar apenas uma oval.*☐ Sim☐ Não**14. Meu projeto propõe um Restaurante, o maior objetivo é preservar a área e restaurar a casa. Utilizando técnicas da Permacultura (design com base em ambientes sustentáveis que englobam a bioarquitetura, uso consciente de água, utilização de energias renováveis e cultivo de plantas, cujo princípios são: cuidado com o planeta, com as pessoas, excedente de tempo e materiais), e a Agrofloresta (sistema de produção integrado com a floresta que aproveita de forma inteligente os recursos naturais, pode-se estabelecer o Sistema de Agrofloresta em áreas de APP - área de proteção permanente - desde que haja aprovação do órgão competente), tornando o local um ponto turístico. Você concorda? ****Marcar apenas uma oval.*☐ Sim☐ Não**15. Sua contribuição é muito válida para o meu Trabalho Final de Graduação, agradeço cada minuto disponibilizado para preencher o formulário, pessoas como você fazem do mundo um lugar melhor. Agora, gostaria de saber a sua opinião, desde críticas a sugestões. Muito obrigada! ***

PRANCHAS TÉCNICAS >> MAIORES



LINHA COZINHA E MOBILIÁRIO

Cocção - TRAMONTINA



Dimensão externa: 1200x900x900mm
 Dimensão forno: 985x560x300mm
 Potencia queimadores: 6kW e 10kW
 Potencia forno: 10 kW
 Potencia total: 58 kW
 Consumo de gás: GLP: 4,81 kg/h - GN: 6,45 m3/h
 Plano de cocção: aço inox 304 com espessura 2mm
 Peso liquido: 250 kg



Dimensão externa: 400x700x900mm
 Potência: 8kW
 Consumo de gás: GLP: 0,63kg/h - GN: 0,84 m3/h
 Temperatura de trabalho: 140° - 380°C
 Plano de cocção: aço inox 304 com espessura 1,5mm
 Peso líquido: 55kg



Dimensão externa: 800x900x900mm
 Dimensão forno: 650x560x300mm
 Potencia queimadores: 6kW e 10kW
 Potencia forno: 8kW
 Potencia total: 40kW
 Consumo de gás: GLP: 2,44kg/h - GN: 3,28m3/h
 Plano de cocção: aço inox 304 com espessura 2mm
 Peso liquido: 174kg



Dimensão externa: 800x900x900mm
 Dimensão forno: 650x560x300mm
 Potencia forno: 8kW
 Potencia total: 40kW
 Consumo de gás: GLP: 2,44kg/h - GN: 3,28m3/h
 Plano de cocção: aço inox 304 com espessura 2mm
 Peso liquido: 174kg

	Dimensão externa: 400x700x900mm Potência: 8kW Consumo de gás: GLP: 0,63kg/h - GN: 0,84 m3/h Temperatura de trabalho: 140° - 380°C Plano de cocção: aço inox 304 com espessura 1,5mm Peso líquido: 60kg/180kg
	Dimensão externa: 400x700x900mm Potência: 8kW Consumo de gás: GLP: 0,63kg/h - GN: 0,84 m3/h Temperatura de trabalho: 140° - 380°C Plano de cocção: aço inox 304 com espessura 1,5mm Peso líquido: 60kg/180kg
	Dimensão externa: 400x700x900mm Potência: 8kW Consumo de gás: GLP: 0,63kg/h - GN: 0,84 m3/h Temperatura de trabalho: 140° - 380°C Plano de cocção: aço inox 304 com espessura 1,5mm Peso líquido: 50kg/160kg
Refrigeração <i>start friendly</i> TRAMONTINA	
	Temperatura de trabalho: -2°+8°C Dimensão externa: 750x820x2025mm Dimensão interna: 600x670x1440mm Capacidade: 700l Potencia: 350W Tensão Elétrica: 220V, 60Hz Peso líquido: 130kg
	Temperatura de trabalho: -2°+8°C Dimensão externa: 1500x820x2025mm Dimensão interna: 1350x670x1440mm Capacidade: 1400l Potencia: 570W Tensão Elétrica: 220V, 60Hz Peso líquido: 280kg

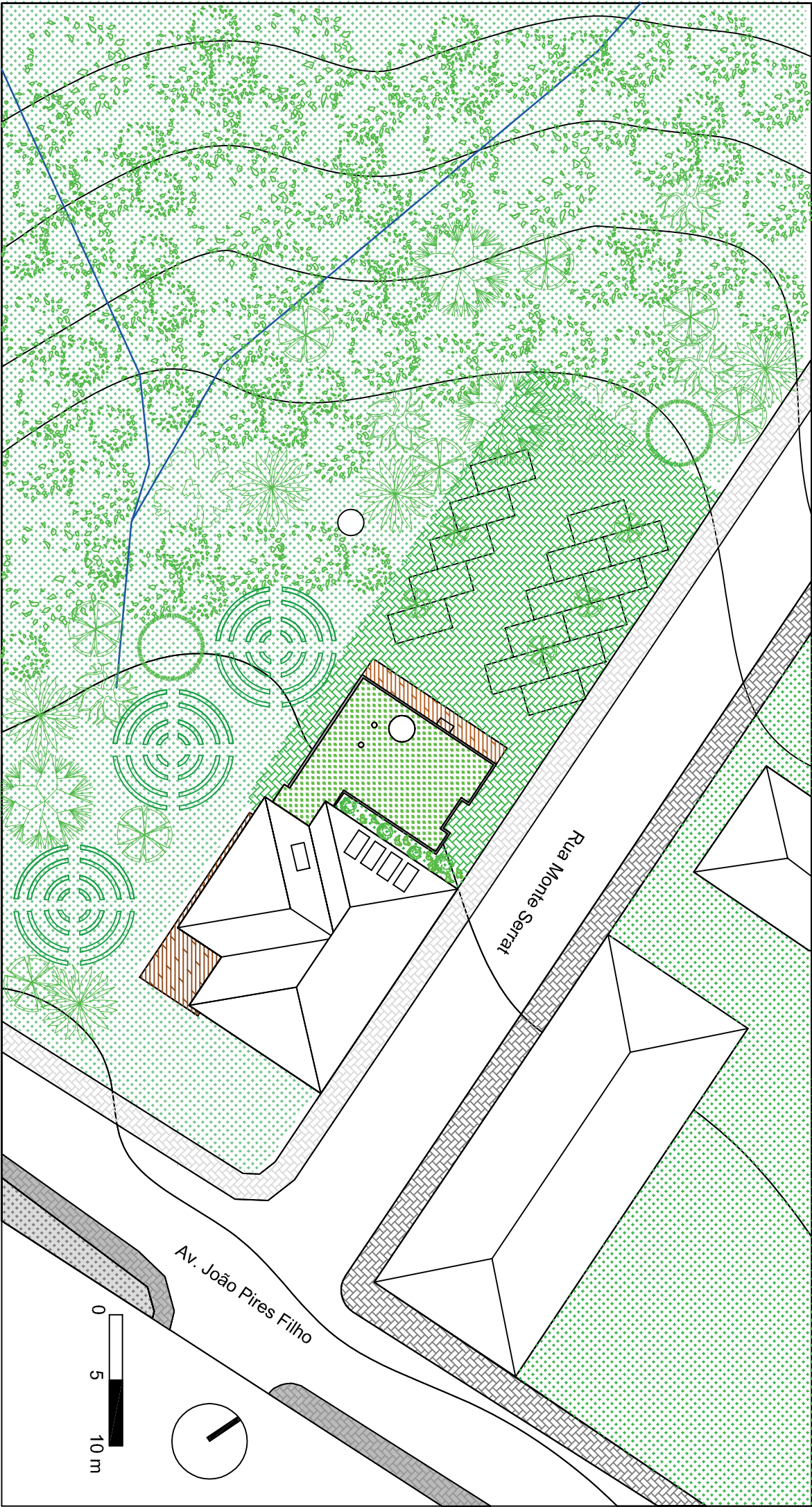
	Faixa de temperatura: -2°C...+8°C Funcionamento: ventilado Capacidade bruta: 235 L Tipo de degelo: gás quente Nºdegelos em 24h: 3 Potência frigorífica: 500 W Potência consumida: 470 W Tensão de alimentação: 220 V 60 Hz Nível de ruído: 51 dbA Peso líquido: 163 kg
LINHA MOBILIÁRIO	
MÓVEIS TORA BRASIL	
	<i>Variação de dimensão e formato de mesa</i> Certificado FSC: FSC PURO Cód. do Produto: TB113622 Nome: MESA DE JANTAR GUACU ANTA Descrição: Madeira: PEQUIA Reprodução: SERIE CONCEITO
	<i>3 poltronas no Empório para espera</i> Certificado FSC: FSC PURO Cód. do Produto: TB113970 Nome: POLTRONA CUNHAPORA Descrição: Madeira: PEQUIA Dimensões: 40x44x80x81x0cm Peso: 97 Kg Reprodução: CONCEITO

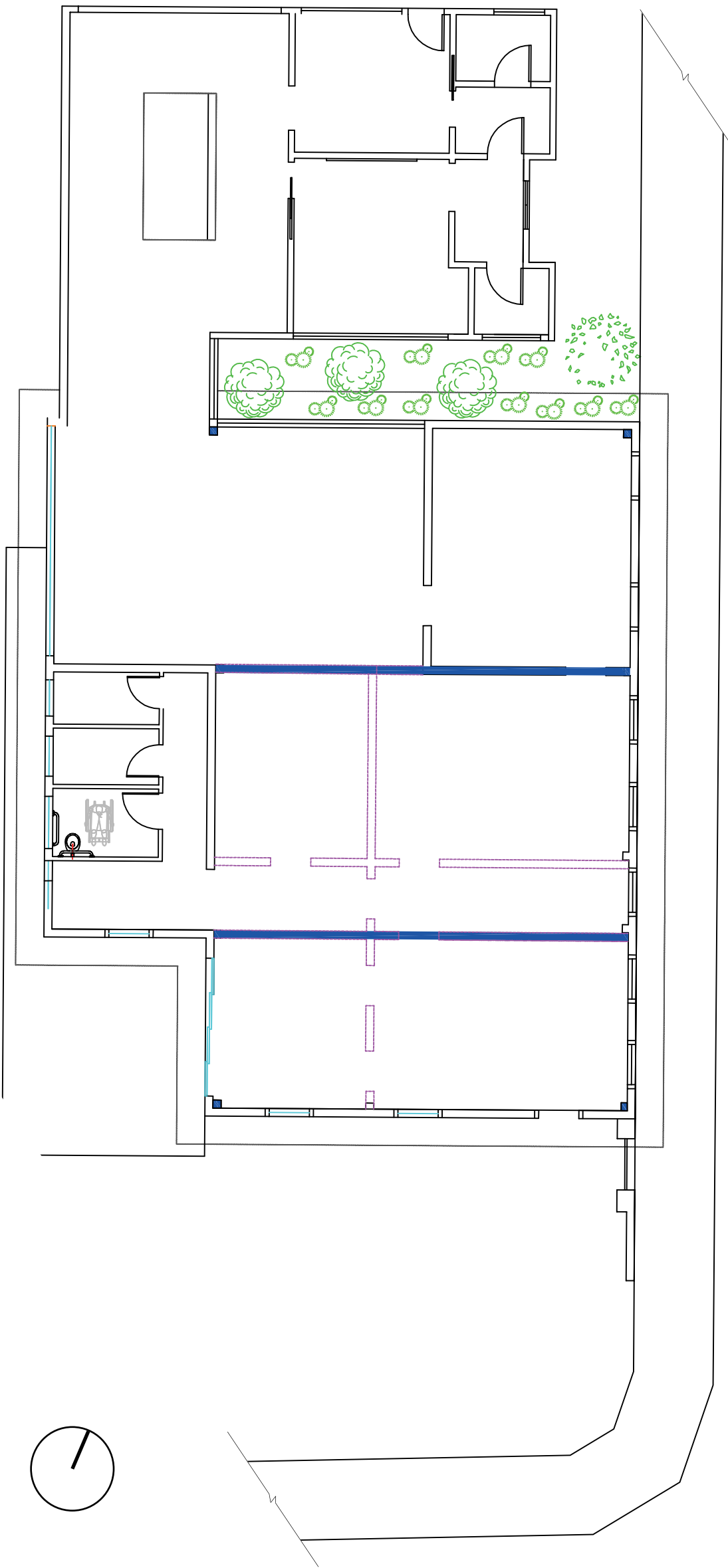


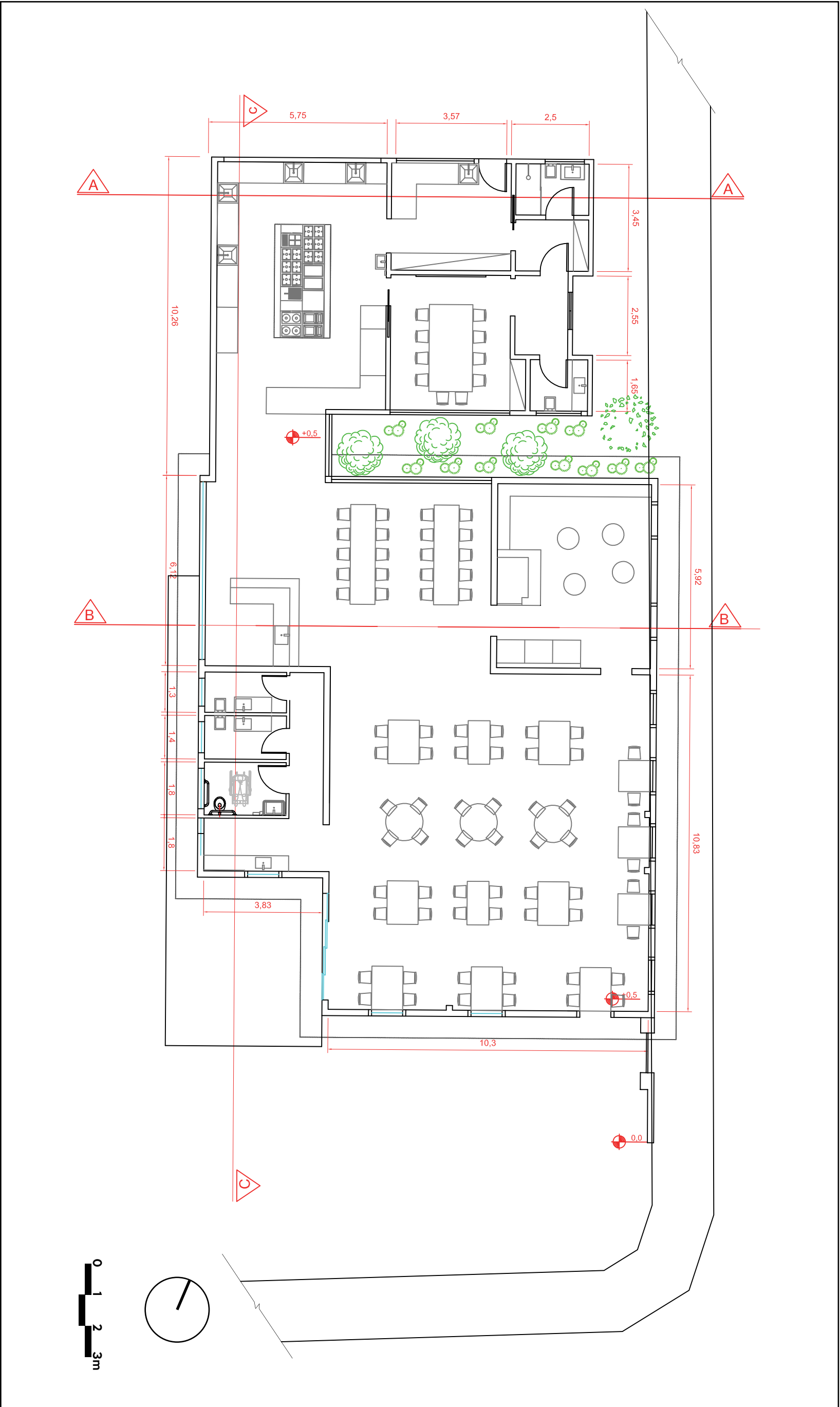
Balcão bar e balcão atendimento

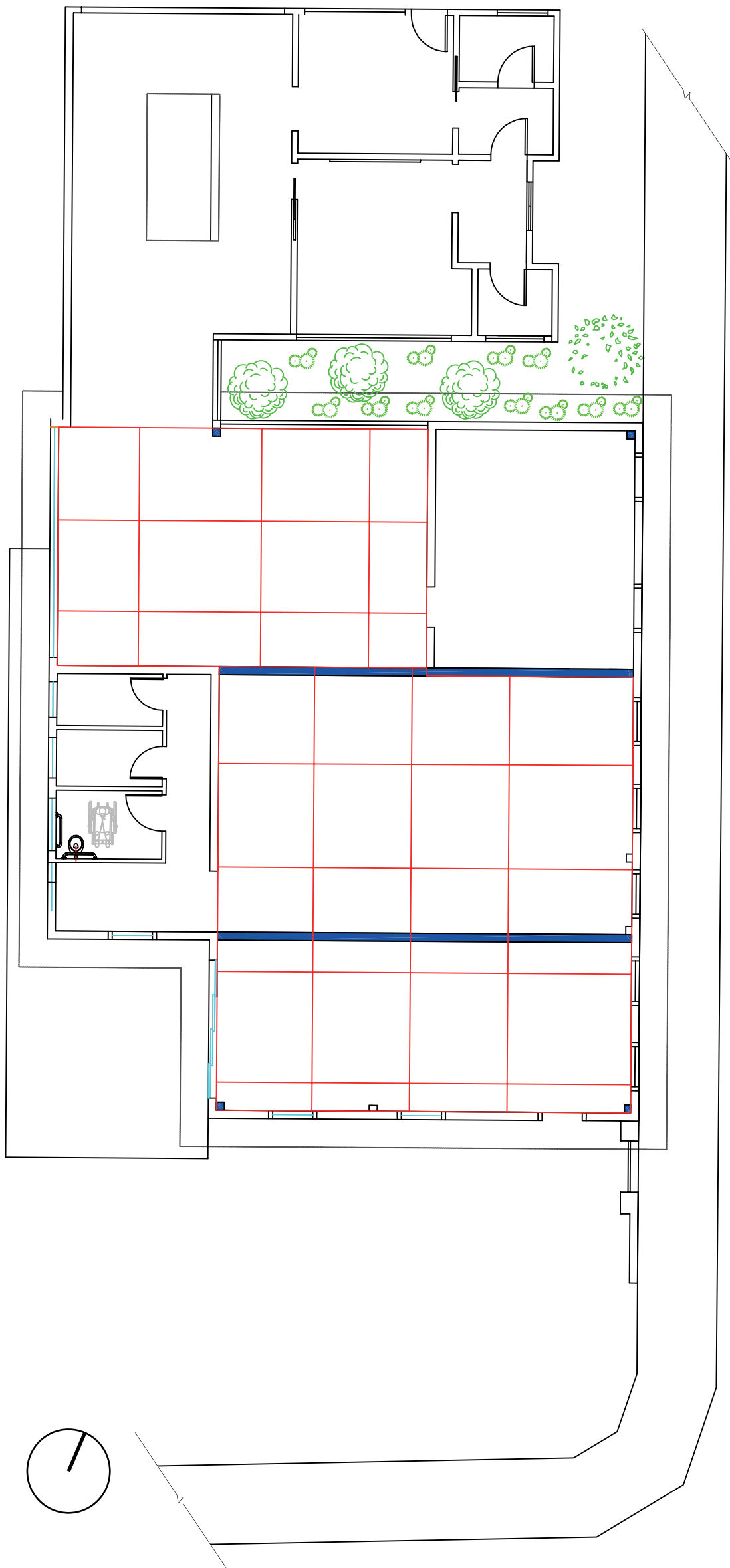
Certificado FSC

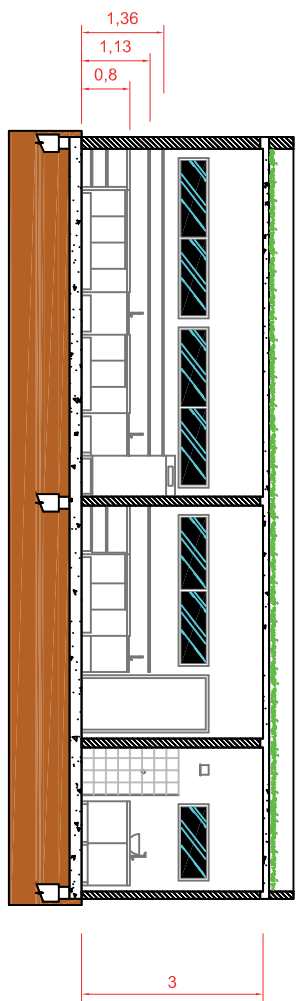
Reprodução CONCEITO



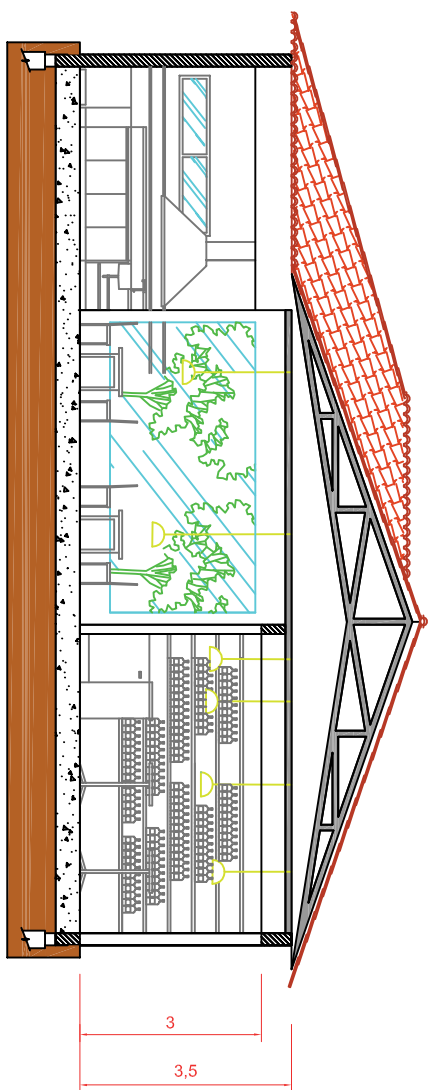




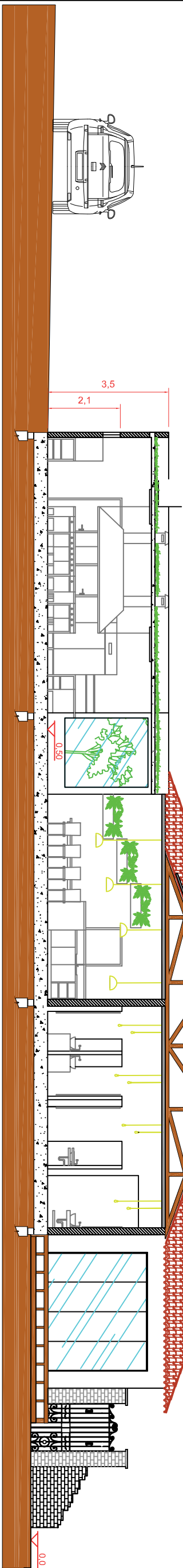




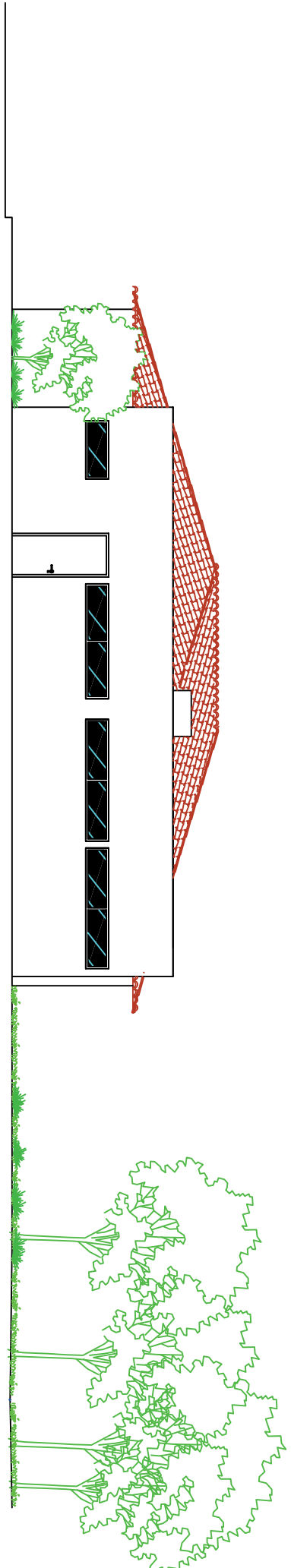
CORTE AA



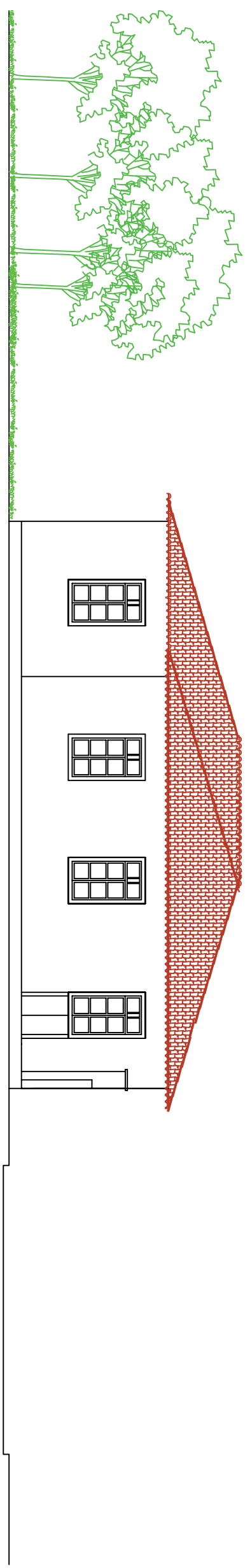
CORTE BB



CORTE CC



Fachada Norte

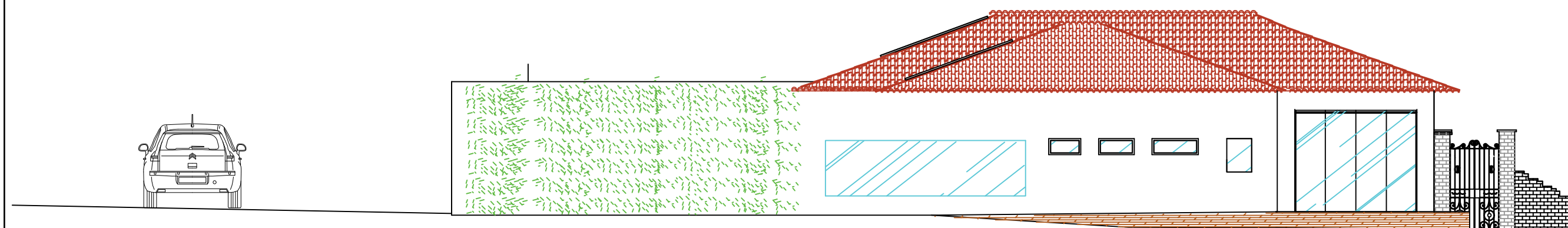


Fachada Sul



Fachada Leste

Escala 1:150



Fachada Oeste

Escala 1:125